



PLACON



PLANO MUNICIPAL
DE CONTINGÊNCIA
2021

INUNDAÇÕES,
ALAGAMENTOS E
DESLIZAMENTOS



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA

Inundações, alagamentos e deslizamentos

PORTO BELO SC

VERSÃO: 1

ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO: 05/11/2018

EXEMPLAR PERTENCENTE A: COORDENADORIA MUNICIPAL DE
PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL



1. INTRODUÇÃO

1.1. DOCUMENTO DE APROVAÇÃO

O Plano de Contingência para inundações bruscas graduais, alagamentos, deslizamentos de grande impacto ou processo hidrológico e geológico do município de **Porto Belo, Santa Catarina** estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres referentes a atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais.

Recomendado a padronização da adesão dos órgãos signatários, aos aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta incluindo ação de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenário a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

O presente plano foi elaborado e será aprovado pelos órgãos e instituições integrantes do sistema municipal de defesa civil de **Porto Belo** identificados na página de assinaturas, os quais assumem o compromisso de atuar de acordo com a competência que lhes é conferida, bem como realizar as ações para a criação e manutenção das condições necessárias com vistas ao desempenho previsto nas atividades e responsabilidades contidas neste Plano.

Consta ainda, na composição deste Plano de Contingência a matriz de responsabilidades elaborada e aprovada por todos os envolvidos, para aperfeiçoar as atividades de resposta aos desastres, estabelecendo e divulgando protocolos de alerta, alerta máximo e ações emergenciais. Para o aperfeiçoamento do Plano, serão regularmente realizados exercícios simulados de acordo com os procedimentos aqui estabelecidos.

A Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC estabelece por meio da lei nº 12.608 prever que as ações de proteção e defesa civil sejam organizadas pela prevenção, mitigação preparação, resposta e recuperação, para cada uma delas há responsabilidade específica ao mesmo tempo em que se considera que façam parte de uma gestão sistêmica e continuada.



Todas as medidas adotadas são de caráter permanente e cíclico, ou seja, estarão sempre sendo revistas e atualizadas e todos os registros de desastres ficarão arquivados a fim de auxiliar na sua revisão e em futuros planejamentos.

1.2. PÁGINA DE ASSINATURAS

NOME	TÍTULO DA AUTORIDADE	ASSINATURA
Emerson Luciano Stein	Prefeito Municipal	
Elias Cabral	Vice – Prefeito Municipal	
Claudio Silvino Da silva	Diretor Proteção e Defesa Civil	
Francisco Scotinni	Secretário da Agricultura	
Isabel Martins	Secretária de Assistência Social	
Egídio da Silva Soares	Secretario de Obras, Serviços Urbanos e Rurais	
Janaíara Jordio	Secretária de Saúde	
Rosane Posanske	Procuradora Geral do Município	
Eliane Tomaz	Secretaria de Administração	
Ana Paula Buun	Secretaria de Finanças	
Rosane Graupper	Secretária de Educação	
Julio Cesar Casé	Segurança Publica	



Franke Max Marques	Secretario de Pesca	
Fredolino Alfredo Bento	Presidente da Fundação do Meio Ambiente	
Zenelise Drodowski	Presidente da Fundação de Turismo	
1º Ten. Jober	Comandante da Polícia Militar	
Ivan Fabricio Rubick	Comandante do Corpo de Bombeiros Militar	
Daniel Bazanella Cardoso	Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil	

1.3. REGISTRO DE ALTERAÇÕES

DATA	ALTERAÇÃO	OBS.
09/010/2017	Versão inicial – v.1	Plano inicial

1.4. REGISTRO DE CÓPIAS DISTRIBUÍDAS

NÚMERO	ÓRGÃO	DATA	ASSINATURA
--------	-------	------	------------



1.			
2.			
3.			
4.			
5.			
6.			
7.			
8.			
9.			
10.			
11.			
12.			
13.			
14.			

1.5. SUMÁRIO



NÚMERO	ASSUNTO	PÁGINA
1	INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO	11
1.2	INSTRUÇÃO PARA MANUTENÇÃO DO PLANO	11
2	FINALIDADE	11
3	SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS	12
3.1	SITUAÇÃO	12
3.2	CENÁRIO DE RISCO	15
3.3	PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO	26
4	OPERAÇÕES	27
4.2	CRITÉRIOS E AUTORIDADE	29
4.2.1	ATIVAÇÃO	29
4.2.1.1	CRITÉRIOS	29
4.2.1.2	AUTORIDADE	31
4.2.1.3	PROCEDIMENTO	31
4.2.2	DESMOBILIZAÇÃO	31
4.2.2.1	CRITÉRIOS	32
4.2.2.2	AUTORIDADE	32
4.2.2.3	PROCEDIMENTO	32
4.3	ETAPAS	33
4.3.1	PRÉ – IMPACTO	33
4.3.1.1	MONITORAMENTO	33
4.3.1.2	ALERTA	33
4.3.1.3	ACIONAMENTO DOS RECURSOS	34



4.3.1.4	MOBILIZAÇÃO E DESLOCAMENTO DE RECURSOS	34
4.3.2	AÇÕES INICIAIS PÓS-DESASTRE	34
4.3.2.1	INSTALAÇÃO DO SISTEMA DE COMANDO	34
4.3.2.2	IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	35
4.3.2.3	DIMENSIONAMENTO DO EVENTO E DA NECESSIDADE DE RECURSOS	35
4.3.2.4	CONSOLIDAÇÃO DO PRIMEIRO RELATÓRIO	35
4.3.2.5	ORGANIZAÇÃO DA ÁREA AFETADA	35
4.3.3	RESPOSTA AO DESASTRE	36
4.3.3.1	AÇÕES DE SOCORRO – SALVAMENTO, ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR E EVACUAÇÃO	36
4.3.3.2	ASSISTÊNCIA AS VÍTIMAS/ABRIGAMENTO	36
4.3.4	REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS	38
4.3.5	DESMOBILIZAÇÃO	39
4.4	ATRIBUIÇÕES	40
4.4.1	ATRIBUIÇÕES GERAIS	40
4.4.2	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS	40
4.4.2.1	ATRIBUIÇÕES DO PREFEITO MUNICIPAL	41
4.4.2.2	ATRIBUIÇÕES ESPECÍFICAS DA DIMPDEC	42
4.4.2.3	ATRIBUIÇÕES DA EQUIPE DE COORDENAÇÃO DOS ABRIGOS	44
4.4.2.3.1	COORDENADOR	44
4.4.2.3.2	VICE-COORDENADOR	46
4.4.2.3.3	SETOR DE ALIMENTAÇÃO	48
4.4.2.3.4	SETOR DE CADASTRO	48



4.4.2.3.5	SETOR DE ALOJAMENTO	50
4.4.2.3.6	SETOR DE HIGIENE E LIMPEZA	50
4.4.2.3.7	SETOR DE GUARDA DE PERTENCES	51
4.4.2.3.	SETOR DE TRANSPORTES	52
4.4.2.3.9	ORIENTAÇÕES AOS DESABRIGADOS	53
4.4.3	SECRETARIAS DE OBRAS E PLANEJAMENTO	55
4.4.4	SECRETARIA DE SAÚDE	55
4.4.5	SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	56
4.4.6	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	57
4.4.7	ASSESSORIA DE IMPRENSA	58
5.1	MODELO	58
5.1.1	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE RESPOSTA	59
5.1.2	COMANDO	59
5.1.3	ASSESSORIA DE COMANDO	60
5.1.4	SEÇÕES PRINCIPAIS	60
5.1.5	SEÇÃO DE PLANEJAMENTO	60
5.1.6	SEÇÃO DE OPERAÇÕES	61
5.1.7	SEÇÃO DE LOGÍSTICA	61
5.1.8	SEÇÃO DE FINANÇAS	62
5.2	PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO	62
6	LISTA DE ABRIGOS	63
7	CONTATOS IMPORTANTES	65
8	EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS, SOCORRO, SEGURANÇA E ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DISPONÍVEIS	67



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



8.1	CORPO DE BOMBEIROS MILITAR	67
8.2	POLICIA MILITAR	67
8.3	PRONTO ATENDIMENTO 12 HORAS	67
8.4	SECRETARIA DE OBRAS	68
8.5	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	68
8.6	SECRETARIA DE AGRICULTURA	68
8.7	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	68
9.	DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA	68
10	ÁREAS MAPEADAS	69
	EVENTOS NATURAIS	79
	ANEXO DE FOTOS	83



1. INSTRUÇÕES PARA USO DO PLANO

O Plano foi elaborado para ser aplicado quando ocorrer eventos naturais que venham a culminar em alterações dos cenários, nas áreas de risco de desastres previstas no item (movimentos de massa, inundações e alagamentos).

A sua estrutura está baseada nos seguintes tópicos: Introdução; Finalidade; Situação e Pressupostos; Operações; Atribuições e Responsabilidades; Administração; Logísticas e Anexos.

1.2. INSTRUÇÕES PARA MANUTENÇÃO DO PLANO

Para melhoria e concretização do Plano de Contingência os órgãos envolvidos na sua elaboração e aplicação deverão realizar exercícios de simulados em conjunto, duas vezes por ano sendo um exercício parcial (mesa) e um exercício geral sobre coordenação da diretoria municipal de proteção e defesa civil.

Deverá ser emitido um relatório ao final de cada exercício destacando os pontos do plano que merecerão alteração ou formulação, bem como a dificuldade encontrada na execução. Com base nestas informações, os órgãos participantes irão elaborar a revisão deste plano lançando uma nova versão que deverá ser assinada e distribuída a todos os participantes.

Caberá a diretoria municipal de proteção e defesa civil de Porto Belo, criar um sistema de avaliação dos exercícios simulados em conjunto com os demais órgãos envolvidos.

2. FINALIDADE



O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON - para inundações, alagamentos e deslizamentos do município de Porto Belo estabelece os procedimentos a serem adotados pelos órgãos envolvidos na resposta a emergências e desastres quando da atuação direta ou indireta em eventos relacionados a estes desastres naturais, recomendando e padronizando a partir da adesão dos órgãos signatários os aspectos relacionados ao monitoramento, alerta, alarme e resposta, incluindo as ações de socorro, ajuda humanitária e reabilitação de cenários, a fim de reduzir os danos e prejuízos decorrentes.

Onde se têm definidos:

- **ALERTA:** Sinal de vigilância usado para avisar uma população vulnerável sobre uma situação em que o perigo ou risco é previsível em curto prazo (**pode acontecer**);
- **ALARME:** Sinal e informação oficial que tem por finalidade avisar sobre perigo ou risco iminente, e que deve ser dado quando existir certeza de ocorrência do evento (**vai acontecer**).

3. SITUAÇÃO E PRESSUPOSTOS

O Plano Municipal de Contingência – PLAMCON - para **inundações, alagamentos e deslizamentos** do município de **PORTO BELO** foi desenvolvido a partir da análise das avaliações e mapeamentos de risco efetuados e dos cenários de risco identificados como prováveis e relevantes caracterizados como hipóteses de desastres.

Levou ainda em consideração alguns pressupostos para o planejamento, que são premissas adotadas para o plano e consideradas importantes para sua compreensão e utilização.

3.1 SITUAÇÃO

O Município de Porto Belo, localiza-se a uma latitude 27°09'28" sul e a uma longitude 48°33'11" oeste, estando a uma altitude de 10 metros ao nível do mar, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia estatística (IBGE 2019).



O município possui limites com os municípios ao Norte com Itapema e Camboriú e Oceano Atlântico, Tijucas ao Oeste, sul com Tijucas e Bombinhas e Leste com Bombinhas. Encontra-se em média a 1 metro acima do nível do mar, localizando-se a 65 km da capital Florianópolis e está inserido na Mesorregião do Vale do Itajaí e na Microrregião de Itajaí localizado na península de Porto Belo, banhado pelo Oceano Atlântico, e constituído de morros e uma faixa plana, urbanizada na área central da Cidade, que vai da encosta dos morros até a praia. Na parte Norte, no Araçá, esta faixa plana praticamente inexistente, ao contrário do interior do Município, tanto no Alto Perequê, como no Sertão de Santa Luzia e Valongo, além do Jardim Dourado, até e após a BR-101.

A área territorial total é de 95 km² e conforme estimativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2015 o Município contava com 19.189 habitantes, tendo no turismo, na agricultura, na pesca artesanal e industrial suas principais atividades econômicas, além do comércio local e construção civil.

A configuração geomorfológica de encostas e planícies dá origem a ambientes onde se estabelecem formações vegetais bastante heterogêneas de significativa riqueza e diversidade, além de manguezais e vegetação de restingas.

O clima do município segundo a Köppen e Geiger é o mesotérmico semiúmido, sem estações de seca e com verões quentes. Porto Belo é considerada uma cidade de temperatura mediana, com média de 19.9°C, máxima de 36°C e mínima de 10°C. As chuvas concentram-se principalmente nos meses de março/abril e no período que vai de outubro a dezembro, quando o Município fica mais suscetível a inundações bruscas, conforme os registros que foram observados a partir de 1985. Informamos ainda, que no ano de 2010 e 2018 ocorreram inundações bruscas e deslizamento.

O município de Porto Belo está inserido no contexto da planície do rio Tijucas, e seus afluentes e engloba depósitos holocênicos fluviais, praias e colúvio-eluvionares. Nas regiões de cotas mais elevadas, encontram-se granulitos e rochas máficas e ultramáficas paleoproterozoicas pertencentes ao Complexo Granulítico de Santa Catarina.



O município integra a Bacia Hidrográfica do Rio Tijucas - BHRT estando sujeito às cheias, principalmente, do Rio Santa Luzia, rio Pereque, rio Perequezinho e do Córrego Ribeirão Ribeiro e Vina com influência, por vezes, dos processos litorâneos.

Os cursos d'água principais da BHRT são definidos como rios de planície e por serem limitados por cotas inferiores a 200mm, facilitam a intrusão da cunha salina proveniente do oceano, este fenômeno em conjunto com a alta taxa de precipitação anual, pode acarretar em inundações e, enxurradas conseqüentemente, em prejuízos financeiros aos centros urbanos, que se encontram posicionados em regiões adjacentes aos corpos d'água e se tornam sujeitos a alagamentos.

Na história do município, diversos eventos marcaram a memória. A maior enchente ocorreu em 2018 que atingiu famílias nos bairros Centro, Vila Nova, Perequê, Alto Perequê atingindo 5.000 famílias e 20 desabrigados.

Os últimos eventos significativos em 2019 (que se tem registro) ocorreram em 2017 no mês de Março e 2019 enxurradas, 2011 enxurrada em janeiro de 2020, ocorreram enxurradas atingindo residência no bairro araçá e deslizamento de massas.

O principal tipo de risco constatado é risco à inundação relacionado ao Rio Pereque, e Perequezinho, rio da Vó ribeirão Rebelo, ribeirão da Vina e seus afluentes. Estima-se que 1342 moradias sejam atingidas por eventos de inundação no município. Verificou-se ainda risco a escorregamento de massa no bairro Araçá, Santa Luzia, com uma estimativa de 148 casas atingidas. Os números aqui apontados estão sujeitos a alteração através de novo levantamento a ser realizado pelo CPRM, solicitado por esta Diretoria em 18/10/2019.

Estas áreas apresentam problemas relacionados à falta de segurança habitacional, tendo em vista algumas construções foram feitas de forma improvisada, com materiais inadequados ou em locais de constante deslizamento ou alagamentos. A maioria está próximos dos leitos dos rios e são ocupadas por famílias de baixas renda, que acabam ocupando este, locais devido a, falta de recursos financeiros para subsistência de habitação, pela inacessibilidade a locais mais estruturados ou com valorização imobiliária superior.



Bairros

- Araçá
- Vila Nova
- Pereque
- Jardim dourado
- Alto Pereque
- Santa Luzia
- Valongo

Localidades

- Araça
- centro
- Vila Nova
- Pereque
- Jardim Dourado
- Alto Pereque
- Santa Luzia
- Valongo

3.2. CENÁRIOS DE RISCO

Primeiro cenário:

- **Nome do risco: DESLIZAMENTO – Escorregamento planar solo-solo**
- **Local: Bairro Araçá, totalizando 6 pontos**
- **Descrição:** Área onde 148 residências encontram-se vulneráveis, ocupação urbana em encosta com alguns taludes de corte e aterro.
- **01 – Araçá (1º. Acesso) -** Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósito de talús. Linha de drenagem intermitente e



interceptada pela urbanização. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias não pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de **ESCORREGAMENTO PLANAR** em grau **ALTO** e afetariam aproximadamente 3 edificações e cerca de 12 pessoas;

- **02 - Araçá (Encosta da Via)** – Ocupação ao longo de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos residuais e coluvionares. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Histórico de rompimento de muros e rolamento de blocos. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias não pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de **escorregamento planar em grau alto** e afetariam aproximadamente 5 edificações e cerca de 20 pessoas
- **03 – Araçá (1ª. Vila)** - Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de talús. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Histórico de rompimento de muros pela ação da água. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de **escorregamento planar em grau alto** e afetariam aproximadamente 10 edificações e cerca de 40 pessoas
- **04 – Araçá (2ª. Vila)** - Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de talús. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Histórico de rompimento de muros pela ação da água. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de **escorregamento planar em grau alto** e afetaria aproximadamente 10 edificações e cerca de 40 pessoas
- **05 – Araçá (Final da Praia)** - Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de talús. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Histórico de rompimento de muros pela ação da água



Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de ESCORREGAMENTO PLANAR em grau ALTO e afetariam aproximadamente 40 edificações e cerca de 150 pessoas;

- **06 – Araçá (Praia Central)** - Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de talús. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de **escorregamento planar e grau alto** e afetariam aproximadamente 11 edificações e cerca de 45 pessoas;
- **Resumo histórico:** Ocorrência de risco a escorregamentos planar. O volume de solo é alto e os registros pretéritos de escorregamentos, apontam escorregamentos de alto porte. Entretanto, é necessário o monitoramento da estabilidade dos cortes da encosta e a adoção de padrões construtivos coerentes ao tipo de terreno para evitar a geração de novas áreas de risco a escorregamentos em regiões com terreno acidentado.
- **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de grande vulto.
- **Componentes críticos:** Baixo nível construtivo das residências, tipo de solo, corte em talude mal realizado, drenagem precária.

Segundo cenário:

- **Nome do risco: ALTO DESLIZAMENTO – Escorregamento planar solo-solo**
- **Local: Bairro Centro Rua Luiz Batista, totalizando 1 pontos**



- **Descrição:** Área onde 40 residências encontram-se vulneráveis, ocupação urbana em encosta com alguns taludes de corte e aterro em solo residual. - Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósito de talús. Linha de drenagem intermitente e interceptada pela urbanização. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias não pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de ESCORREGAMENTO PLANAR em grau ALTO e afetariam **aproximadamente 40 edificações e cerca de 160 pessoas;**
- **Resumo histórico:** Ocorrência de risco a escorregamentos em solo residual. O volume de solo é alto e os registros pretéritos de escorregamentos, apontam escorregamentos de alto porte. Entretanto, é necessário o monitoramento da estabilidade dos cortes da encosta e a adoção de padrões construtivos coerentes ao tipo de terreno para evitar a geração de novas áreas de risco a escorregamentos em regiões com terreno acidentado.
- **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio vulto.
- **Componentes críticos:** Baixo nível construtivo das residências, tipo de solo, corte em talude mal realizado, drenagem precária.

Terceiro cenário:

- **Nome do risco:** ALTO DESLIZAMENTO – Escorregamento planar solo-solo
- **Local:** Bairro Santa Luzia, totalizando 2 pontos
- **Descrição:** Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de talús. Grande volume de blocos rolados. Identificação de bloco com grande potencial de rolamento, localizado a montante da ocupação. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias sem pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento esgoto sanitário. Risco: Alto



- Quantidade de casas em risco: aprox. 8
Quantidade de pessoas em risco: aprox. 32
- **Resumo histórico:** Ocorrência de risco a escorregamentos em solo residual. O volume de solo é alto e os registros pretéritos de escorregamentos, apontam escorregamentos de alto porte. Entretanto, é necessário o monitoramento da estabilidade dos cortes da encosta e a adoção de padrões construtivos coerentes ao tipo de terreno para evitar a geração de novas áreas de risco a escorregamentos em regiões com terreno acidentado.
- **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio vulto.
- **Componentes críticos:** Baixo nível construtivo das residências, tipo de solo, corte em talude mal realizado, drenagem precária.
- **Santa Luzia (2)**
 - **Descrição:** Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de tálus. Grande volume de blocos rolados. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias sem pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento esgoto sanitário.
 - **Tipologia:** Escorregamento planar; Rolamento de blocos.
 - **Risco:** Alto
 - **Quantidade de casas em risco:** aprox. 23
 - **Quantidade de pessoas em risco:** aprox. 92
 - **Sugestões de medidas:** Evacuação preventiva em caso de evento extremo; Estudo/Implantação de sistema de drenagem pluvial; Controle de ocupação em encostas.

Quarto cenário:



- **Nome do risco: DESLIZAMENTO – Escorregamento planar solo-solo**
- **Local:** Bairro Centro Rua Luiz batista, totalizando 1 pontos
- **Descrição:** Ocupação em base de encosta montanhosa com declividade alta, formada por solos coluvionares e depósitos de tálus. Linha de drenagem intermitente interceptada pela urbanização. Cobertura vegetal arbórea e arbustiva. Edificações de pequeno porte de alvenaria com vulnerabilidade alta. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento esgoto sanitário.
- **Tipologia:** Escorregamento planar.
- **Risco:** Alto
- **Quantidade de casas em risco:** aprox. 20
- **Quantidade de pessoas em risco:** aprox. 50
- **Sugestões de medidas:** Evacuação preventiva em caso de evento extremo;
- Estudo/Implantação de sistema de drenagem pluvial;
- Controle de ocupação em encostas.
- **Resumo histórico:** Ocorrência de risco a escorregamentos em solo residual. O volume de solo é alto e os registros pretéritos de escorregamentos, apontam escorregamentos de alto porte. Entretanto, é necessário o monitoramento da estabilidade dos cortes da encosta e a adoção de padrões construtivos coerentes ao tipo de terreno para evitar a geração de novas áreas de risco a escorregamentos em regiões com terreno acidentado.
- **Fatores contribuintes:** habitações precárias, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio vulto.
- **Componentes críticos:** Baixo nível construtivo das residências, tipo de solo, corte em talude mal realizado, drenagem precária
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.



- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio vulto.
- **Componentes críticos:** Baixo nível construtivo das residências, tipo de solo, corte em talude mal realizado, drenagem precária.

RISCO DE INUNDAÇÃO E ALAGAMENTO

Quinto cenário:

Nome do risco: Inundação

- **Local: Bairro centro, margens do Ribeirão Ribeiro**

Descrição: - **Centro** - Ocupação urbana sobre depósitos litorâneos inconsolidados, retrabalhados com sedimentos aluvionares em ambiente com presença fluvial meandrante, com trechos canalizados e tubulados, com incidência de eventos de inundação em 2008 e 2001. 2013 ,2018 Cobertura vegetal suprimida na totalidade territorial, construções basicamente de alvenaria com baixa vulnerabilidade, vias pavimentadas, sendo em sua maioria sem drenagens e sem sistema de coleta de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de INUNDAÇÃO em grau ALTO e afetariam aproximadamente 110 edificações e cerca de 430 pessoas;

Várias ruas são afetadas pelas cheias do Ribeirão ribeiro, a saber: Prof maria do e s bayer , Alda Tavares Matias , André A. Zunino, Antônio Carlos da Silva , Antônio Hilário Rebelo, Cândido, Leal , Samagaia , Capitão Gualberto Inunes Carlos A. DA S. Filho, da Carioca , Doutor Orlando Pereira, Orlando Pereira , Francisco P. Pinheiro , Francisco Peixoto , Galha Azul , Hermógenes da Silva , Irineu José Moreira , João M. Serpa , João Rebelo, José Guerreiro Filho , Jose J. Amâncio , José Manoel Serpa , Jose P. da Silva , José Rebelo , Jose Sancho , Leopoldo Jose Guerreiro Luiz Batista , Manoel Felipe da Silva Neto , Pedro B. de Paula , Pedro Guerreiro (Beco do Amadeu) Sabia , Serafim Raulino , Tangara , Viriato M. de Bittencourt, Venino P. da Cruz, Ver Marçal M da Silva

▪ **Resumo histórico:** Em períodos de alta pluviosidade, aliados a condições de maré, o Ribeirão Ribeiro extravasa, provocando alagamento e inundação e prejuízo as famílias residentes em seu entorno.



- **Fatores contribuintes:** Ocupação histórica em áreas de preservação permanente – APP's, a menos de 30 metros do Ribeirão, habitações precárias e sem alvarás de construção, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio vulto.

Oitavo cenário:

- **Nome do risco: Inundação Alagamento**
- **Local:** Bairro Vila Nova margens do Rio Perequezinho

Descrição: – Ocupação urbana sobre depósitos litorâneos inconsolidados, com presença de ambiente fluvial meandrante, (rio de planície) com trechos canalizados e tubulados, com incidência de eventos de inundação em 2008 e 2013.2018 Cobertura vegetal suprimida na totalidade territorial. Construções basicamente de alvenaria com baixa vulnerabilidade, vias pavimentadas, sendo em sua maioria sem drenagens e sem sistema de coleta de esgoto sanitário. Os riscos eminentes são de INUNDAÇÃO em grau ALTO e afetariam aproximadamente 380 edificações e cerca de 1.600 pessoas;

Várias ruas são afetadas pelas cheias do Rio Perequezinho e seus afluentes Av governador celso ramos, Avenida Francisco S. dos Santos, Rua Adronico A. Pereira, Rua Antônio A. Pereira, Rua Antônio Milano Rebelo, Rua Benedito Guerreiro, Rua das Samagaias, Rua do CTG, Rua Francisco Severiano dos Santos, Rua Guilhermina Gonçalves Nunes, Rua Ilda Machado, Rua Inácio da Silva, Rua Izabel Rodrigues, Rua João A. Amancio, Rua Joel Gonçalves, Rua Lauro M. Mendonça, Rua SV. Lauro Prado, Rua Liberato dos Santos, Rua Lúcio José Airoso, Rua Ludovico Stein, Rua Luiz Alberto Pereira, Rua Luiz Scaburi, Rua Manoel Machado, Rua Manoel S. Espindola, Rua Maria Ramos Guerreiro, Rua Maurilio M. da Silva, Rua Miguel A. Nascimento, Rua Miguel Ferreira de Almeida, Rua Minervina M. Conceição, Rua Nilta J. de Souza, Rua Osvaldo F. dos Santos, Rua Paraná, Rua Pedro Guerreiro, Rua Profº Guilhermina Moreira da Silva, Rua São Bernardo, Rua São Luiz, Rua Sebastião G. Filho, Rua Sebastião M. Jaques, Rua Sv. Alexandrina Prado, Rua SV. José H. Rebelo, Rua Sv. Maria Ilza Neri, Rua Tomaz Camilo, Rua Vitor J. Mendes, Rua Zeferino J. da Costa



- **Resumo histórico:** Em períodos de alta pluviosidade, aliados a condições de maré, Rio Perequezinho sai de sua calha, provocando inundação e prejuízo as famílias residentes em seu entorno.
- **Fatores contribuintes:** Ocupação histórica em áreas de preservação permanente – APP's, a menos de 30 metros do Rio, habitações precárias e sem alvarás de construção, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio/alto vulto.

Nono cenário:

- **Nome do risco:** Inundação
- **Local:** Bairro Perequê, margens do Rio da vó. Rio Pereque e afluentes
- **Descrição:** Ocupação urbana sobre depósitos litorâneos inconsolidados, com presença de ambiente fluvial meandrante, com trechos canalizados e tubulados. Eventos de inundação em 2008 e 2011. 2018 Cobertura vegetal suprimida. Edificações predominantemente de alvenaria com vulnerabilidade baixa. Vias pavimentadas, sem drenagem pluvial e sem sistema de tratamento esgoto sanitário.
- **Tipologia:** Inundação
- **Risco:** Alto
- **Quantidade de casas em risco:** aprox. 612
- **Quantidade de pessoas em risco:** aprox. 2448
- **Sugestões de medidas:** Ÿ Evacuação preventiva em caso de evento extremo; Ÿ Estudo/Implantação de sistema de drenagem pluvial; Ÿ Controle de ocupação em áreas sujeitas à inundação



- **Resumo histórico:** Em períodos de alta pluviosidade, aliados a condições de maré, o Rio Piçarras sai de sua calha, provocando inundação e prejuízo as famílias residentes em seu entorno.
- **Fatores contribuintes:** Ocupação histórica em áreas de preservação permanente – APP's, a menos de 30 metros do Ribeirão, habitações precárias e sem alvarás de construção, baixa percepção de risco da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.
- **Resultados estimados:** Danos materiais nas residências, danos humanos de médio/alto vulto.
- Várias ruas são afetadas pelas cheias do Rio Perequê e seus afluentes, como Rio da vó e seus afluentes , são estas as ruas : Av. Atílio Fontana Avenida Almirante Fonseca Neves, Avenida Colombo Machado Sales, Avenida Hironildo Conceição Avenida João Rebelo, Rua Abílio P. de Souza, Rua Aderbal de Souza, Rua Adilson Carlos da Silva, Rua Agenor Pedro Lino, Rua Airton Senna, Rua Anesio Cadore, Rua Antonio C. Batista, Rua Antônio Lucas de Brito, Rua Antônio Walendowsky, Rua Araceli Eulana Cota, Rua Argimiro, Rua Aristides R. Guerreiro, Rua Arlindo Mangolt, Rua Armando L. Kormann, Rua Atílio Fonseca, Rua Beija- Flor, Rua Blumenau, Rua Brusque, Rua C. do JD. Dourado II, Rua Canarinho, Rua Canoinhas, Rua Capitão Ivo da Silva, Rua Carolina Ramos, Rua Cidade de Irati, Rua Claus R. Wachholz, Rua da Felicidade, Rua da Verdade, Rua Dário Pedro de Souza, Rua Das Cabral, Rua das Flores, Rua David Cota, Rua Diamantina Mendes, Rua Dorvalino Voltolini, Rua Egidio Cuculo, Rua Emilio Georg, Rua Ernesto Cervi, Rua Estrela Nova, Rua Exp. José Xavier, Rua Felipe Sestren, Rua Félix Walendowsky, Rua Francisco Aguiar, Rua Francisco Aquicanti Passareli, Rua Francisco Stein, Rua Gentil Coelho, Rua Geraldo Francisco de Miranda, Rua Guilherme Mariane, Rua Helena Regina Galoa, Rua Ibirama, Rua Ida Ceni Lorenzi, Rua Ines Barros, Rua Irany Cervi Mortz, Rua Itapema, Rua Jardim Tatiana, Rua João C. Abraham, Rua João Camilo, Rua João de Barro, Rua João Eugênio Barreto, Rua João Igmar Wagner, Rua João Jordelino da Silva, Rua João Manoel Jaques, Rua João Ricardo Rebelo, Rua João V. Guerreiro, Rua Jorge Marques da Silva, Rua Jorge M. da Silva, Rua José B. Bittencourt, Rua José Miguel Pedro, Rua José Roberto



Otto, Rua Lúcio Joaquim Mendes, Rua Luiz Voltolini, Rua Luiz Walendowsky, Rua M. do Jardim Dourado, Rua Manoel de Oliveira, Rua Manoel Sérgio Pereira, Rua Marçal P. do Nascimento, Rua Marcelina Torres, Rua Marcos A. Girardi, Rua Maria Clara de Jesus, Rua Mario Padilha, Rua Mário Walendowsky, Rua Matilde Bolomini Simon, Rua Mauro João Jaques, Rua Medianeira, Rua Milton José Serpa, Rua Miguel Antonio Etur, Rua Miranda, Rua Moacir J. Pedro, Rua Nereu Ramos, Rua Neusa G. Mendes, Rua Neuza T. A. Becker, Rua Nicolau Maggi, Rua Olinda Peixoto, Rua Olmiro Santiago Azevedo, Rua Ondina Stein, Rua Otavio Quinholi, Rua Pedro Paulo dos Santos, Rua Pedro Reig, Rua Pelotas, Rua Placida de Souza Fonseca, Rua Rio Grandense, Rua Rio Perequezinho, Rua Rodolfo P. Gonçalves, Rua Pompilio Barbosa da Silva, Rua Rosmar Godoi, Rua Rubens Alves, Rua Rudy Arnoldo Hintz, Rua Rusalem, Rua Santa Paulina, Rua São Miguel, Rua São Paulo, Rua São Pedro, Rua SV. Gentil Joaquim Mendes Filho, Rua Sebastião Manoel Jaques, Rua SV. João F. Looz, Rua SV. Jorge M. da Silva, Rua SV. Laudelina Rosa Oliveira, Rua Sv. Maria Tomazi Stein, Rua SV. Perequezinho, Rua SV. Terezinha G. Gonçalves, Rua SV. Três Amigos, Rua Três Barras, Rua Ver Gercino Ângelo da Silva, Rua Victor Fronza, Rua Wilson Belbel Sv. Jorge H. Z. Goboe,

Décimo cenário:

- **Nome do risco:** Inundação e ALAGAMENTO
- **Local:** Bairro Centro, margens do Rio da Vina.
- **Descrição:** Avenida Governador Celso Ramos localidade Vila Mateus
- **Resumo histórico:** Em períodos de alta pluviosidade, aliados a condições de maré, o Rio da Vina sai de sua calha, provocando inundação e prejuízo as famílias residentes em seu entorno.
- **Fatores contribuintes:** Ocupação histórica de habitações construídas abaixo do nível das vias, baixo percepção de risco médio da comunidade.
- **Evolução e possibilidade de monitoramento e alerta:** Comunicação da Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil, *in loco*, durante as vistorias rotineiras.



Resultados estimados: **Danos materiais nas residências, danos humanos de médio/alto vulto.**

3.3. PRESSUPOSTOS DO PLANEJAMENTO

Para a utilização deste plano, admite-se que as seguintes condições e limitações estarão presentes. Vejamos:

- A capacidade de resposta dos órgãos de emergência não sofre alterações significativas nos períodos noturnos, de feriados e de final de semana, enquanto os demais órgãos dependerão de um plano de chamada para sua mobilização nos períodos fora do horário comercial.
- O tempo de mobilização de todos os órgãos envolvidos neste plano é de no máximo duas horas, independente do dia da semana e do horário do acionamento.
- A mobilização dos órgãos estaduais de emergência ocorrerá em seis horas após ser autorizada.
- O monitoramento deverá ser capaz de estabelecer as condições para um alerta indicando a possibilidade de ocorrências com **duas horas** para enxurradas, alagamento e inundação e **três horas** para deslizamentos.
- Os sistemas de telefonia celular e rádio comunicação não serão afetados pelos eventos descritos nos cenários acidentais.
- O acesso aos bairros Centro, Vila Nova, Perequê, Alto Perequê, Jardim Dourado, Santa Luzia, e áreas rurais será limitado ou interrompido devido à vulnerabilidade dos acessos a partir da observação de monitoramento em que se apresentar maré alta e índices pluviométricos a partir de 80mm.
- A disponibilidade inicial de recursos financeiros será equivalente ao disponível no Fundo Municipal de Proteção e Defesa Civil, instituído pela Lei 2727/2019, bem como dotações orçamentárias municipais disponíveis a partir de **72 horas**, contados a partir da decretação da situação de emergência ou calamidade pública.



4. OPERAÇÕES

4.1. OPERAÇÃO: O CONCEITO APLICADO EM SITUAÇÕES ADVERSAS.

- A resposta a ocorrências de enxurrada, erosão costeira/marinha e deslizamento no município de Porto Belo será desenvolvida nas diferentes fases do desastre: No pré-desastre, e no desastre propriamente dito e na desmobilização.
- Na fase do pré-desastre, o monitoramento será feito por meio do acompanhamento de boletins meteorológicos da EPAGRI/CIRAM, CIGERD E AVISO DO CEMADEM, níveis de rio, precipitação em estações específicas, os rios : (Rio Rebello, Bairro Centro, sito a Avenida Governador Celso Ramos, e Rio da Vina, Bairro Centro, junto a Avenida Governador Celso Ramos, Rio Perequezinho, Bairro Vila Nova na Avenida Governador Celso Ramos, Rio Perequê situado no Bairro Perequê sito na Avenida Ironildo Conceição dos Santos, Rio da Vó localizado no bairro Jardim dourado na Avenida Governador Celso Ramos e o Rio Santa Luzia localizado na Avenida José Neoli Cruz) serão monitorados pela Tábua de Marés pela Coordenadoria Municipal, através do Coordenador, Claudio Silvino da Silva, responsável pelo acompanhamento e identificação de situações de alerta e alarme.
- Sempre que uma situação caracterizada como alerta for identificada, esta notificação será repassada pela Coordenadoria Municipal que receberá a notificação com responsabilidade para avaliar a emissão de um alerta, alarme ou acionamento do plano, por meio do aplicativo *Whatsapp* e telefone ao Prefeito Municipal e ao GRAC – Grupo de Ações Coordenadas.
- O alerta poderá ser determinado pelo Prefeito Municipal, após o repasse de informações técnicas da Coordenadoria Municipal, e quando necessário será realizado e atualizado por meio de telefones e redes sociais para outros órgãos de resposta e boletins serão gerados em tempo real para autoridades, imprensa e para as comunidades afetadas.



- O plano poderá ser ativado pelo Prefeito Municipal, após orientação da Coordenadoria Municipal, e quando necessário será realizado e atualizado por meio de telefones e redes sociais para outros órgãos de resposta e boletins serão gerados em tempo real para autoridades, imprensa e para as comunidades afetadas.
- A coordenação da resposta na fase do pré-desastre será realizada pela coordenadoria Municipal, em sua sede, sito a rua Jose Alexandre Rocha SALA 06balneário do Pereque Terminal Rodoviário, Porto Belo.
- Na fase do desastre, os primeiros recursos serão mobilizados logo após o impacto pela Secretaria Municipal de Obras por meio do Secretário da pasta pelo acionado via telefone.
- A mobilização adicional de recursos durante as fases seguintes será feita por meio da Secretaria afins Planejamento Urbano, Secretaria de Administração pela secretaria da Fazenda, pela secretaria de Assistência Social, pela Secretaria de educação pela secretaria da saúde, pela secretaria de segurança pública, pela fundação do Meio ambiente
- A solicitação de recursos de outros municípios e do nível estadual ou federal será feita por meio do Prefeito Municipal e do Coordenador Regional de Proteção e Defesa Civil, Claudio Silvino da Silva através de ofício ou de email ao coordenador Regional.
- A estrutura de operações de resposta será organizada de acordo com a matriz das funções de suporte a desastres, estabelecendo ações para ações imediatas - no socorro: salvamento, atendimento pré-hospitalar, evacuação, transporte – na assistência às vítimas: abrigagem, doações, assistência médica, atendimento ambulatorial e hospitalar, etc – reabilitação de cenários: desobstrução das vias, restabelecimento da energia elétrica, fornecimento de água potável, entre outros.
- O suporte às operações de resposta será realizado primeiramente pelos próprios órgãos envolvidos, passando a ser realizado de forma integrada nas questões relativas à equipamentos, transporte de pessoa afetadas e/ou profissionais, realocação, ativação de abrigos, alimentação e serviços essenciais utilizando recursos da Municipalidade.
- Os procedimentos administrativos e legais decorrentes da situação de anormalidade serão de responsabilidade da Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda que contará



com o apoio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e da Procuradoria Geral do Município.

- A coordenação da resposta na fase do desastre será realizada pelo Gabinete do Prefeito e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e o local poderá ser no próprio gabinete ou na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.
- A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, priorizando os recursos externos e mais impactados nas primeiras operações.
- A desmobilização deverá ordenar a transição da reabilitação de cenários para a reconstrução sem que haja solução de continuidade no acesso da população aos serviços essenciais básicos.
- A coordenação da resposta na fase de desmobilização será realizada pelo Gabinete do Prefeito e pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil e o local poderá ser no próprio gabinete ou na Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil.

4.2 CRITÉRIOS E AUTORIDADE

4.2.1 Ativação

4.2.1.1 Critérios

O Plano Municipal de Contingência será ativado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que caracterizam um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando a ocorrência de tempestade, ventos, granizo, movimentação de massa, inundação, alagamento ou enxurrada for identificada por meio de boletins meteorológicos emitidos pela EPAGRI/CIRAM, COREDEC, E AVISO DO CEMADEM

	NORMAL	ATENÇÃO	ALERTA	ALERTA MAXIMO



ULTIMO 15 MINUTOS	5mm	10mm	15mm	50mm
1.h	20mm	30mm	40mm	90mm
4h	40mm	50mm	60mm	130mm
24h	80mm	90mm	100mm	210mm
72h	120mm	130mm	140mm	230mm
96 h	160mm	170mm	180mm	370mm

- Quando a precipitação monitorada pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil for superior ou igual a 80 mm e houver maré alta.
- Quando o nível do Rio Perequê, monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).
- Quando o nível do Rio Rebello monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).
- Quando o nível do Rio da Vina monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil for superior ou igual a atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).
- Quando o nível do Rio da Vó monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil for superior ou igual a atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).
- Quando o nível do Rio Perequezinho monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil for superior ou igual a atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).
- Quando o nível do Rio Santa Luzia monitorado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil for superior ou igual a atingir o limite de sua calha (importante conciliar com a tábua de maré).



- Quando o movimento de massa for detectado pela Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil e apresentar qualquer alteração, seja qual for o volume observado, com vistas a garantir a segurança dos moradores do entorno.
- Quando a ocorrência de qualquer evento anormal, seja qual for à natureza do mesmo for identificada por meio da Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil ou qualquer ator que o possa indicar, seja meio oficial ou mesmo a população.
*Observação: Alguns dados técnicos ainda estão sendo levantados, pesquisados, a fim de serem aqui disponibilizados.

4.2.1.2 Autoridade

O Plano Municipal de Contingência poderá ser ativado pelas seguintes autoridades:

Prefeito Municipal e Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil

4.2.1.3 Procedimento

Após a decisão formal de ativar o Plano Municipal de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

- A Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil ativará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.
- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da ativação (atenção, alerta, alarme, resposta).
- A Central de Emergência reunirá, primeiramente, o secretariado municipal, para ações imediatas e organização das funções, após, o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil/GRAC, com vistas a avaliar a necessidade de decretação, bem como analisar cada ponto de ação.

4.2.2 Desmobilização

A desmobilização será feita de forma organizada e planejada, devendo a coordenadoria municipal de proteção e defesa civil ordenar o retorno das famílias às suas residências de acordo com as condições de vulnerabilidade dos cenários, avaliando os riscos geológico e fatores de interrupção no acesso da população aos serviços essenciais e básicos.



4.2.2.1 Critérios

O Plano Municipal de Contingência será desmobilizado sempre que forem constatadas as condições e pressupostos que descaracteriza um dos cenários de risco previstos, seja pela evolução das informações monitoradas, pela não confirmação da ocorrência do evento ou pela dimensão do impacto, em especial:

- Quando a evolução do evento for minimizada;
- Quando as ocorrências não forem confirmadas pelos órgãos oficiais.

4.2.2.2 Autoridade

O Plano Municipal de Contingência poderá ser desmobilizado pelas seguintes autoridades:

- I. Prefeito Municipal
- II. Vice Prefeito
- III. Diretor de Proteção e defesa civil

4.2.2.3 Procedimento

Após a decisão formal de desmobilizar o Plano de Contingência as seguintes medidas serão desencadeadas:

- Os órgãos mobilizados ativarão os protocolos internos definidos de acordo com o nível da desmobilização (total ou retorno a uma situação anterior).
- A Central de Emergência: buscar junto à secretaria de Assistência Social, de Obras, de Planejamento, de Saúde um relatório padronizado, detalhado das pessoas atendidas durante o evento. Repassando todos os dados a DIMPDEC que será o responsável pela compilação dos dados, confecção de relatório final, bem como lançamento dos dados em sistema próprio (S2id).
- O Prefeito Municipal e/ou DIMPDEC desmobilizará o plano de chamada, o posto de comando e a compilação das informações.



4.3 ETAPAS

4.3.1 Pré-Impacto

Aqui são considerados os principais aspectos do planejamento relacionados à atuação durante as etapas do pré-impacto, ou seja, como os órgãos deverão proceder a partir da emissão de um alerta ou a confirmação de um cenário onde a probabilidade de ocorrência de um deslizamento, inundação, alagamento ou enxurrada é muito grande.

Tais ações serão coordenadas pela DIMPDEC, aliada aos órgãos da administração municipal, com seus respectivos equipamentos.

4.3.1.1 Monitoramento

O monitoramento ocorrerá quando as condições climáticas, através de boletins meteorológicos e alertas dos órgãos competentes (EPAGRI/CIRAM, CEMADEM, CIGERD), derem conta de situações severas e será realizado pela Diretoria Municipal de Proteção e Defesa Civil, por meio de seus dois servidores, através de vistorias in loco e acompanhamento da evolução das informações. Possuímos um veículo para tal fim.

Em caso de níveis pluviométricos altos os rios, bem como a orla serão monitorados in loco pela DIMPDEC, também atentando para informes oficiais, bem como manifestações da população residente nos locais e que, via de regra, também conhece a dinâmica dos rios e do mar, face a intempéries.

4.3.1.2 Alerta

Competência da DIMPDEC, que repassará as informações à acessória de imprensa através de mídias digitais (Email, Facebook, grupos de whatsapp), rádios, telefones, nos locais suscetíveis aos efeitos do evento, pessoalmente, pelos diversos órgãos da administração municipal, Polícia Militar, Bombeiros e Associações de Moradores, estabelecidas na região.



4.3.1.3 Acionamento dos Recursos

Os recursos serão acionados pela DIMPDEC, após reunir-se com o executivo municipal, a fim de deflagrar as ações pertinentes, valendo-se dos equipamentos e pessoal da administração municipal, estaduais e ainda, terceirizados e voluntariado.

4.3.1.4 Mobilização e Deslocamento dos Recursos

A mobilização e deslocamento de recursos será coordenada pela DIMPDEC, com anuência do poder executivo, valendo-se dos equipamentos e pessoal da administração municipal, estaduais e ainda, terceirizados e voluntariado.

4.3.2 Ações Iniciais pós-desastre

Nesta etapa são considerados os principais aspectos do planejamento para as primeiras ações que devem ser executadas após o desastre, ou seja, como os órgãos deverão proceder a partir da efetivação dos danos e como vão realizar a preparação para a primeira resposta

4.3.2.1 Instalação do Sistema de Comando

Sendo montado junto a sede desta municipalidade, sito à Avenida Governador Celso Ramos, n. 2006 – Centro, o Sistema de Comando em Operações é uma ferramenta gerencial para planejar, organizar, dirigir e controlar as operações de resposta em situações críticas, fornecendo um meio de articular os esforços de agências individuais quando elas atuam com o objetivo comum de estabilizar uma situação crítica e proteger vidas, propriedades e o meio ambiente.

É executado pela DIMPDEC e os órgãos da gestão pública municipal, aliados as demais agências, estaduais e federais presentes na cidade, bem como a serem convocadas em face do vulto do evento, suas características e possibilidade de evolução.

Instala-se o SCO, de forma a realizar uma abordagem sistêmica às operações desenvolvidas na resposta a incidentes reconhecidamente complexos, contrapondo o paradigma da prevalência do planejamento prévio e específico para cada cenário de risco. O segundo é a abordagem contingencial em relação à estrutura organizacional proposta, capaz de se expandir e diminuir



diante dos estímulos do ambiente externo e interno, cujo controle é garantido por cadeias de garantia de comunicação.

Membros do SCO: Prefeito Municipal, DIMPDEC, Secretariado Municipal, autoridades de segurança estaduais (PM, Bombeiros Militar, Polícia Civil).

4.3.2.2 Identificação dos Riscos

A DIMPDEC reunirá técnicos como engenheiros, bombeiros e setor de obras, para análise nos locais para avaliar danos, mapeando e identificando o grau de risco a que se está propenso.

4.3.2.3 Dimensionamento do Evento e da Necessidade de Recursos

Todo e qualquer recurso que se faça necessário para o atendimento da demanda e a promoção da segurança, somente será efetivado com autoridade do Prefeito Municipal/DIMPDEC, bem como o conhecimento e ciência do responsável pelo recurso, seja material, pessoal ou de serviços.

4.3.2.4 Consolidação do Primeiro Relatório

O primeiro relatório consolidado é de competência da DIMPDEC, sendo fruto de informações trazidas pelas equipes de campo e tem sua principal característica como norteador das ações de resposta, diante do quadro que se apresenta. E todas as informações serão planilhada, sendo disponibilizadas aos órgãos de imprensa em geral através da assessoria de comunicação da administração municipal, sob aval do prefeito Municipal.

4.3.2.5 Organização da Área Afetada

Caberá ao Prefeito Municipal e DIMPDEC, a pronta convocação do CONMPDC/GRAC, e a organização da cena, ativando preliminarmente as áreas para:

- Posto de Comando;
- Área de espera;
- Áreas de evacuação;
- Rotas de fuga;
- Pontos de encontro;



- Abrigos (identificados e relacionados, estando anexo a este Plano);
Sobre: Posto de Comando; Área de espera; Áreas de evacuação; Rotas de fuga e Pontos de encontro serão identificadas diante da localidade da ocorrência.

4.3.3 Resposta ao Desastre

4.3.3.1 Ações de Socorro

- **Salvamento**

Considerado como momento de resgate a vítimas, será executado pelo Corpo de Bombeiros Militar, apoiado pela DIMPDEC e voluntariado, conforme a chegada ao local, priorizando feridos, idosos, crianças, Gestantes.

- **Atendimentos pré-hospitalares**

- **Será realizado pelo Corpo de Bombeiro Militar / Secretaria de saúde através de ambulâncias e PA 24h**
- Ação coordenada pela DIMPDEC, juntamente com colaboradores da municipalidade e serviços de segurança locais (Guarda Municipal e Polícia Militar). Sendo verificada a necessidade de evacuação de pessoas e animais de estimação de alguma área atingida pelo evento, estas pessoas que porventura necessitem tutela do poder público através de abrigo deverão ser encaminhadas pelas equipes de socorro pelo abrigo que será disponibilizado da seguinte forma, nos locais que seguem sempre optando pelo mais próximo a comunidade de origem, como forma de minimizar o impacto da quebra de relações sociais das famílias

4.3.3.2 Assistência às Vítimas/abrigamento

- **Cadastro**

Responsabilidade: Secretarias municipais de saúde, educação e assistência social.



O respectivo cadastramento dos desabrigados, já nos abrigos, será efetuado pelos agentes da assistência social que serão convocados pela respectiva chefia e, em conformidade a demanda observada, poderão, ainda, ser convocados profissionais da área da saúde e educação, também pelo superior hierárquico.

A coordenação destas equipes será realizada por servidor qualificado e indicado pela Secretaria de Assistência Social - SAS.

Obs. A primeira refeição para recepcionar os desabrigados será, conforme protocolo de ação, fornecida pela SAS, e seu preparo, pelas profissionais da Secretaria de Educação (Merendeiras), convocadas pela chefia. Em caso de necessidade de compra de qualquer item relacionado a nutrição das pessoas, haverá que se ter autorização expressa do Prefeito, ou servidor por ele indicado.

▪ **Recebimento, organização e distribuição de doações**

Responsável: Secretaria Municipal de Assistência Social. Toda e qualquer doação recebida será de responsabilidade desta pasta, conforme sua metodologia de trabalho, sendo levada para o Ginásio de Esportes central, onde as mercadorias serão catalogadas, organizadas para posterior distribuição e prestação de contas, além do controle de quantidades que, eventualmente, necessitem ser adquiridas de forma complementar, importante manter estas informações sob conhecimento da Sala de Situação.

Sendo a distribuição, também, de responsabilidade da já referida secretaria, através de organização e controle das assistentes sociais ligadas a pasta e, ainda, voluntários que possa haver.

Produtos inservíveis serão catalogados e separados para posterior descarte, conforme regras da Secretaria Municipal de Saúde e Fundação do Meio Ambiente – Famap, bem como os excedentes, não utilizados, serão assimilados pela SAS.

▪ **Atendimento médico/hospitalar**

O atendimento pré-hospitalar será de responsabilidade das equipes de socorro, e as vítimas que necessitarem de cuidados médicos/ambulatoriais, serão encaminhadas para a



PA 24 h, sito à Avenida Governador Celso Ramos 2400– Centro – telefone (47) 3369-5378.

Caso haja necessidade de transferência para outro município como, por exemplo, para o Hospital Santo Antônio – Itapema ou Hospital Ruth Cardoso- Balneário Camburiu, o fato deve ser informado ao Prefeito e a Secretária de Saúde, os quais possuem a missão providenciar os meios necessários e seguros para o transporte e traslado destes pacientes. Em casos severos, solicitar-se-á ao Corpo de Bombeiros e o apoio aéreo.

Manejo de mortos

- O manejo dos mortos será feito pelo IML Av. Marginal Oeste, s/n – Balneário Camboriú - SC, 88337-335, Telefone: (47) 33986369.

Atendimento aos grupos com necessidades especiais (crianças e adolescentes, idosos, portadores de deficiência física, etc).

- Secretaria Municipal de Saúde / Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal e Assistência Social.

4.3.4 Reabilitação de Cenários

▪ Avaliação de danos

Esta tarefa é de responsabilidade da DIMPDEC, que além dos levantamentos, providenciará a inserção das informações no S2id, servindo-se do apoio técnico de profissionais habilitados para cada fim, a exemplo de engenheiros, arquitetos, geólogo, etc. em momento oportuno, após o desastre, as equipes se reunirão com vistas a quantificar a proporção dos desastres e preparar relatórios com vistas a contemplar a legislação vigente, bem como formar banco de dados.

▪ Decretação de S.E ou E.C.P e elaboração dos documentos

Esta tarefa é de responsabilidade da DIMPDEC, que além dos levantamentos, providenciará a inserção das informações no S2id. A coordenadoria irá servir-se dos profissionais da municipalidade para informações complementares aos seus relatórios, diante de custos estimados, além do levantamento de danos e prejuízos econômicos públicos e privados.

▪ Recuperação da infra - estrutura



Esta tarefa, inicialmente, é executada pelas Secretarias Municipais de Obras e Planejamento, suas equipes e respectivo equipamento. Diante da evolução e agravamento do evento, pode-se solicitar apoio aos órgãos de outras esferas de governo, seja através de produtos e serviços ou mesmo através da busca de recursos financeiros com vistas a promover a segurança global da população e para maior brevidade na reabilitação e normalização do quadro.

Em havendo a necessidade de equipamentos e/ou serviços, pela insuficiência ou inexistência dos, mesmo dentro do município, através de autorização e ordenação do Prefeito Municipal ou de seu preposto poderá ser solicitado.

- **Restabelecimento dos serviços essenciais**

Empresas ligadas aos serviços essenciais e de comunicação, como CELESC, CASAN e Telefonia deverão montar equipes próprias, as suas próprias expensas objetivando de atender suas demandas, com a maior celeridade possível, priorizando as áreas mais atingidas. Importante frisar que estas empresas deverão em, no máximo 72 horas, repassar relatórios sobre danos e prejuízos, quantificados com valores de produtos e serviços, devidamente identificados, de forma impressa e assinados pelos respectivos responsáveis/gestores.

- **Segurança pública**

Competência da Guarda Municipal e da Polícia Militar de Santa Catarina, em todo o período do evento, adotando medidas de prevenção e segurança, em conformidade aos seus protocolos oficiais de ação.

- **Atendimento ao cidadão e à imprensa (informações sobre os danos, desaparecidos, etc.)**

A receptividade as pessoas e a mídia será realizada pela equipe de imprensa da municipalidade (que atuará, conjuntamente, na Sala de Situação), esta que busca as informações aos órgãos oficiais, mais precisamente a DIMPDEC, que emitirá boletins informativos.

4.3.5 Desmobilização

Os recursos serão desmobilizados pela SCO, progressivamente, diante da evolução dos serviços, a estabilidade climática, bem como os relatórios de campo colaborem a tal ação, prescindindo, anteriormente a conclusão, de reunião do DIMPDEC.



4.4 ATRIBUIÇÕES

4.4.1 Atribuições Gerais

São responsabilidades gerais dos envolvidos no Plano Municipal de Contingência:

- Manter um plano de chamada atualizado do pessoal de sua organização ou departamento com responsabilidade pela implementação do plano;
- Desenvolver e manter atualizados os procedimentos operacionais padronizados necessários para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Preparar e implementar os convênios e termos de cooperação necessários para a participação de sua agência na implementação do plano;
- Identificar e suprir as necessidades de comunicação para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Identificar fontes de equipamento e recursos adicionais para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano;
- Prover meios para a garantia da continuidade das operações de sua organização ou departamento, incluindo o revezamento dos responsáveis por posições chave;
- Identificar e prover medidas de segurança para as pessoas designadas para a realização das tarefas atribuídas à sua organização ou departamento na implementação do plano.

4.4.2 Atribuições Específicas

4.4.2.1 Atribuições do Prefeito Municipal

I Fases de prevenção e preparação



- Convocar os órgãos integrantes do Sistema Municipal de Proteção e Defesa Civil Conselho/GRAC;
- Acompanhar o planejamento intervindo quando necessário.

II Fase de resposta

a. Subfase de atenção

- Receber informações sobre a situação e sua possível evolução.

b. Subfase prontidão

- Estabelecer o gabinete de crise;
- Convocar órgãos que farão parte do gabinete de crise;
- Declarar conforme a intensidade do evento Situação de Emergência – SE ou Estado de Calamidade Pública – ECP;
- Abrir crédito extraordinário, nestas situações, ordenando as despesas das atividades da DIMPDC;
- Solicitar apoio em meios de transportes, suprimentos e recursos financeiros aos governos estadual e federal;
- Requisitar, mediante decreto, os bens próprios particulares úteis ao apoio às missões de socorro quando se caracteriza a necessidade de tais instrumentos.

III Fase de reconstrução

- Coordenar os projetos de reconstrução a serem desenvolvidos pelos diversos órgãos da administração pública municipal, de acordo com suas competências;
- Nomear uma comissão especial composta por representantes das pastas municipais, inclusive a assessoria jurídica e DIMPDEC, visando o levantamento dos danos causados às instalações onde funcionarão os abrigos e nos equipamentos requisitados;



- Estabelecer uma comissão responsável pela reconstrução determinando um coordenador geral, nomeando-o através de portaria específica.

4.4.2.2 Atribuições específicas da DIMPDEC

I Fases de prevenção e preparação

- Manter este plano atualizado e difundido à comunidade;
- Realizar exercícios de mobilização e treinamento;
- Inspeccionar os abrigos existentes;
- Manter contato com os órgãos de monitoramento meteorológico, inclusive da tábua de marés, sobre as respectivas previsões;
- Formar equipes de coordenação de abrigos, oferecendo-lhes o respectivo treinamento;
- Cadastrar entidades voluntárias;
- Executar a manutenção preventiva dos equipamentos da COMPDEC;
- Realizar campanhas educativas junto a população vulnerável sobre como proceder antes, durante e depois de eventos climáticos adversos;
- Desenvolver programas específicos na área de fiscalização reduzindo, assim, as construções em locais impróprios/indevidos.

II Fase de resposta

a) Subfase atenção

- Informar ao Prefeito da situação e possível evolução;
- Manter plantão permanente;
- Preparar as instalações para fazer frente à situação de emergência;
- Manter contato com os órgãos oficiais relacionados ao monitoramento e alertas meteorológicos;



- Informar ao Conselho e ao GRAC a situação e possível evolução.

b) Subfase atenção

- Informar ao prefeito da situação e possível evolução;
- Ativar o Sistema de Informações Diretas, através de telefone, rádios, TV e mídias digitais (e-mail, Facebook e whatsapp);
- Convocar telefonistas;
- Elaborar Boletins Oficiais – BO e enviá-los a equipe de comunicação;
- Contatar os coordenadores de abrigos, informando-os da situação e alertando-os para uma possível mobilização, pedindo-lhes atenção redobrada;

c) Subfase atenção

- Manter o Prefeito informado da situação;
- Montar o Sistema de Comando Operacional – SCO;
- Manter contato permanente com os órgãos ligados a meteorologia, sobre níveis, previsões e condições do clima;
- Elaborar Boletins Oficiais – BO e enviá-los a equipe de comunicação;
- Iniciar a mobilização dos abrigos;
- Preencher a documentação necessária S2id, SISDC e enviar a COREDEC e a Florianópolis;
- Cobrar da SAS o levantamento de cada abrigo ao final de cada jornada, sobre o número de desabrigados, alimentação disponíveis, medicamentos necessários e demais necessidades;
- Elaborar o FIDE – Formulário de informações de desastre, e enviar a SDC.

III. Fase de Reconstrução



- Permanecer em prontidão, desmobilizando-se gradativamente, à medida que se retoma a normalidade;
- Apoiar a desmobilização dos abrigos, orientando suas equipes de coordenação;
- Montar processos de auxílio, enviando-os ao órgão competente;
- Organizar com as Secretarias de Obras, Planejamento e Educação a estrutura especial de transporte para o retorno dos desabrigados aos seus lares;
- Apoiar a Secretaria de Assistência Social na distribuição de donativos a população afetada;
- Recolher dos abrigos todo material pertencente à COMPDEC. Antes de guardar, fazer-lhe a devida manutenção;
- Cobrar dos órgãos competentes dados dos desabrigados e dos bens atingidos;
- Providenciar junto ao Prefeito o envio dos ofícios de agradecimento aos colaboradores envolvidos, bem como voluntários.

4.4.2.3 Atribuições da Equipe de Coordenação dos Abrigos

4.4.2.3.1 Coordenador

I. Fases de Prevenção e Preparação:



- Cooperar com a DIMPDEC, visando à escolha e o treinamento dos responsáveis e colaboradores dos diversos setores do abrigo e o estabelecimento de normas e diretrizes quanto à (aos):
- Organização, disciplina e segurança das instalações e dos trabalhos;
- Procedimentos nas diversas situações de calamidade;
- Participar dos treinamentos.

II. Fase de Resposta:

- Ativar o abrigo, mediante ordem do GRAC (Grupo de Ações Coordenadas);
- Convocar os responsáveis pelos diversos setores e voluntários;
- Contatar se for o caso, o responsável pelas instalações do abrigo, visando à sua utilização;
- Priorizar a instalação da estrutura de:
- Segurança das instalações e dos trabalhos, contando com integrantes do Exército, Polícia Militar e Civil e do Corpo de Bombeiros;
- Comunicações, estabelecendo os postos de radioamadores (RA);
- Saúde; e
- Dirimir quaisquer dúvidas, consultando o DIMPDEC;
- Solicitar a autorização do DIMPDEC para fazer requisição de material, se necessário;
- Emitir ao DIMPDEC, no final de cada jornada, relatório das atividades desenvolvidas, constando de:
- Efetivo de apoio existente no abrigo (militares e civis voluntários);



- Número de desabrigados que foram atendidos e os que ainda permanecem ocupando o abrigo;
- Quantidade e espécie de gêneros armazenados;
- Salvamentos realizados; e
- Ocorrências no Setor de Saúde.
- Relacionar os desabrigados da área de abrangência do seu abrigo.

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar, no sentido de recuperar bens, pertences e de fazer retornar aos seus lares, os desabrigados;
- Desmobilizar, segundo determinação do GRAC, de maneira gradual, as atividades do seu abrigo;
- Elaborar o relatório final.

4.4.2.3.2 Vice - Coordenador

I. Fase de Prevenção e Preparação

- Participar dos treinamentos, assessorando o coordenador do abrigo, conhecendo sua missão e os demais integrantes da equipe de coordenação.



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



- Substituir o coordenador do abrigo nos seus afastamentos eventuais;
- Ser o responsável pela coleta de dados para compor o relatório final das atividades desenvolvidas.
- Substituir o coordenador do abrigo nos seus afastamentos eventuais.



• **.4.2.3.3 Setor de Alimentação**

I. Fases de Prevenção e Preparação:

- Participar dos treinamentos a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

II. Fase de Resposta:

- Receber os locais e instalações destinadas à cozinha e ao depósito de gêneros;
- Verificar os meios disponíveis para a instalação da cozinha (manter o relatório do abrigo atualizado);
- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de cozinheiros, auxiliares de cozinha e faxineiros;
- Relacionar tipo e quantidade dos gêneros alimentícios, mantendo o seu controle;
- Responsabilizar-se pelo preparo e distribuição da alimentação aos desabrigados e aos membros que participam na empreitada.

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar, com o coordenador do abrigo, na desmobilização das atividades do seu abrigo;
- Recolher toda sobra de gêneros e informar ao COMPDEC;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

4.4.2.3.4 Setor de Cadastro

I. Fases de Prevenção e Preparação:



- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes equipe de coordenação.

II. Fase de Resposta:

- Receber as instalações destinadas ao seu serviço;
- Solicitar elementos para compor a sua equipe de trabalho;
- Adotar quanto aos desabrigados, as seguintes medidas:
- Cadastrá-los;
- Orientá-los a localizar os demais setores do abrigo; e
- Divulgar as normas de utilização do abrigo;
- Fornecer, ao Setor de Alojamento e ao Setor de Alimentação, o número de pessoas a alojar e a alimentar;
- Manter atualizado o controle desse efetivo e repassar a COMPDEC, quando solicitado, para elaboração de boletins;
- Informar, ao coordenador do abrigo, os dados sobre as atividades desenvolvidas pelo seu setor, para a elaboração do relatório final;

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.



4.4.2.3.5 Setor de Alojamento

I. Fases de Prevenção e Preparação:

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

II. Fase de Resposta:

- Receber as instalações destinadas ao seu serviço;
- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de trabalho;
- Verificar, junto ao Setor de Cadastro, a quantidade de desabrigados que irão pernoitar no abrigo;
- Adotar quanto aos alojamentos às seguintes medidas:
- Separar os desabrigados por famílias;
- Manter rigorosa limpeza; e
- Estabelecer, na medida do possível, o espaço de 3m² (três metros quadrados) por pessoa.

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela devolução do material usado nos alojamentos às suas origens. O que foi esquecido deve ser entregue ao Setor de Guarda de Pertences;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

4.4.2.3.6 Setor de Higiene e Limpeza



I. Fases de Prevenção e Preparação:

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

II. Fase de Resposta:

- Receber o local destinado à guarda de seu material;
- Solicitar pessoal para compor a sua equipe de trabalho;
- Relacionar tipo e quantidade do material que lhe foi destinado;
- Dividir, em setores de limpeza, a área das instalações do abrigo;
- Colaborar no racionamento da água potável. Usar se necessário, nos sanitários, a água da chuva ou da própria inundação;
- Construir fossas de detritos para nelas colocar restos de alimentos, lixo, etc. Quando estiverem cheias, cobri-las com uma camada de terra ou cal.

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

4.4.2.3.7 Setor de Guarda de Pertences

I. Fases de Prevenção e Preparação:

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.



II. Fase de Resposta:

- Receber o(s) local (ais) destinado(s) a Guarda de Pertences;
- Solicitar pessoal para compor suas equipes de trabalho (auxiliares e guardas);
- Relacionar todos os pertences que devam ser recolhidos. Nessas relações devem constar o proprietário e tipo do material.
- Recolher os pertences, mantendo-os sob estreito controle e vigilância – só devolvê-los mediante recibo;
- Não permitir que as dependências do depósito sejam utilizadas para outros fins.

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar com o coordenador do abrigo, na desmobilização das atividades;
- Informar à Assistência Social todos os pertences não recolhidos pelos desabrigados;
- Responsabilizar-se pela entrega das instalações do abrigo, sob sua responsabilidade, limpas e arrumadas.

4.4.2.3. Setor de Transportes

I. Fases de Prevenção e Preparação:

- Participar dos treinamentos, a fim de conhecer sua missão, seu abrigo e demais integrantes da equipe de coordenação.

II. Fase de Resposta:

- Receber os veículos e barcos destinados ao transporte das mudanças e de pessoas;
- Solicitar pessoal para compor as suas equipes de trabalhos;



- Colaborar com o coordenador do abrigo no levantamento das necessidades de transporte;
- Entrar em contato com o Setor Guarda de Pertences para a verificação dos lugares de recolhimento e guarda do material;
- Coordenar as atividades e os meios de transporte (viaturas e canoas), mantendo um rigoroso controle.
-

III. Fase de Reconstrução:

- Cooperar com o coordenador do abrigo na desmobilização das atividades.

4.4.2.3.9 Orientações aos Desabrigados

Os abrigos de Defesa Civil serão regidos pelos presentes normativos, sendo que os desabrigados se obrigam a cumpri-las.

I. São deveres dos desabrigados:

1. Fornecer os dados cadastrais solicitados pela coordenação do abrigo;
2. Alojarse no espaço que lhe for destinado pelo setor de alojamento;
3. Zelar pela ordem, segurança, solidez, asseio, limpeza e conservação do espaço comum e coletivo, bem como reparar os danos e prejuízos que venham a causar às áreas comuns;
4. Economizar água potável, utilizando-a somente para consumo e para banho;
5. Auxiliar nas atividades coletivas essenciais, nos setores de alimentação, limpeza, e outros a serem definidas pela coordenação do abrigo;
6. Respeitar os horários de entrada, saída e de refeições estabelecidos pela coordenação;
7. Limpar seu espaço, e jogar todos os resíduos no lixo, especialmente quando utilizar a cozinha, banheiro, corredores, lavação ou demais áreas;
8. Responsabilizar-se pelos seus dependentes, bem como pelos atos por esses praticados;



9. Colaborar na desmobilização das atividades do abrigo.

II. Não será permitido:

1. Consumir bebida alcoólica ou outras drogas ilícitas nas instalações do abrigo, bem como entrar ou permanecer no abrigo sob efeito destas substâncias;
2. Fumar cigarro, charutos, ou produtos do gênero em locais fechados;
3. Uso de equipamentos de som ou volume excessivo de ruídos em horários impróprios;
4. Adentrar ou transitar no abrigo sem camisa;
5. Práticas de comércio dentro do abrigo;
6. Adentrar ou transitar com animais no interior do abrigo, reservando-se um espaço adequado para os mesmos;
7. Acender incenso dentro das instalações do abrigo;
8. Utilizar a água potável para limpeza de seus bens;
9. Momentos conjugais que afetem a convivência mútua.

- Os portões dos Abrigos de Defesa Civil permanecerão fechados das 22:00 horas até as 06:00 horas, sendo que o acesso ao mesmo, no referido período, somente ocorrerá com autorização da coordenação do abrigo.

Secretarias de Obras e Planejamento

I. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e as Secretarias de Obras e Planejamento.
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando à mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.



II. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

4.4.3 Secretarias de Obras e Planejamento

I. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e as Secretarias de Obras e Planejamento.
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e material conforme necessidade e determinação do GRAC.

II. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Fazer os devidos encaminhamentos, quando necessário, das vítimas que necessitem de atendimento especializado fora do município.
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

4.4.4 Secretaria da Saúde



III. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e a Secretaria de Saúde
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

IV. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Fazer os devidos encaminhamentos, quando necessário, das vítimas que necessitem de atendimento especializado fora do município.
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades
-

4.4.5 Secretaria de Assistência Social

I. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e a Secretaria de Assistência Social;
- Participar das reuniões do GRAC;



- Elaborar planejamento específico, visando a mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

II. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;
- Nomear pessoas para coordenar as ações de cadastro das vítimas, de recebimento de donativos, de entrega de donativos, e planilha os matérias/donativos inservíveis e a efetiva destinação destes.
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

4.4.6 Secretaria da Educação

I. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e a Secretaria de Educação.
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando à mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

I II. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução;
- Distribuir efetivos equipamentos conforme demanda da situação;



- Nomear pessoas para colaborar nas ações de cadastro das vítimas, de recebimento de donativos, de entrega de donativos e nomear merendeiras para a confecção dos alimentos conforme seus protocolos, planilha os matérias/donativos inservíveis e a efetiva destinação destes.
- Dentro de sua competência, manter atualizado os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

4.4.7 Assessoria de Imprensa

I. Fase de prevenção e preparação:

- Designar um representante junto ao GRAC que será o elo de ligação entre o Grupo de ação e a Secretaria de Comunicação;
- Participar das reuniões do GRAC;
- Elaborar planejamento específico, visando à mobilização e a distribuição de seu efetivo pessoal e matéria conforme necessidade e determinação do GRAC.

• II. Fase de resposta:

- Manter-se informado sobre a situação e sua possível evolução, assessora o GRAC na feitura das notas que serão emitidas á imprensa assessorado o Prefeito Municipal nas informações a ser repassadas;
- Nomear pessoas para secretariar o GRAC na sala de situação;
- Dentro de sua competência, manter atualizados os dados da demanda e confeccionar o relatório final de suas atividades.

5.1 MODELO

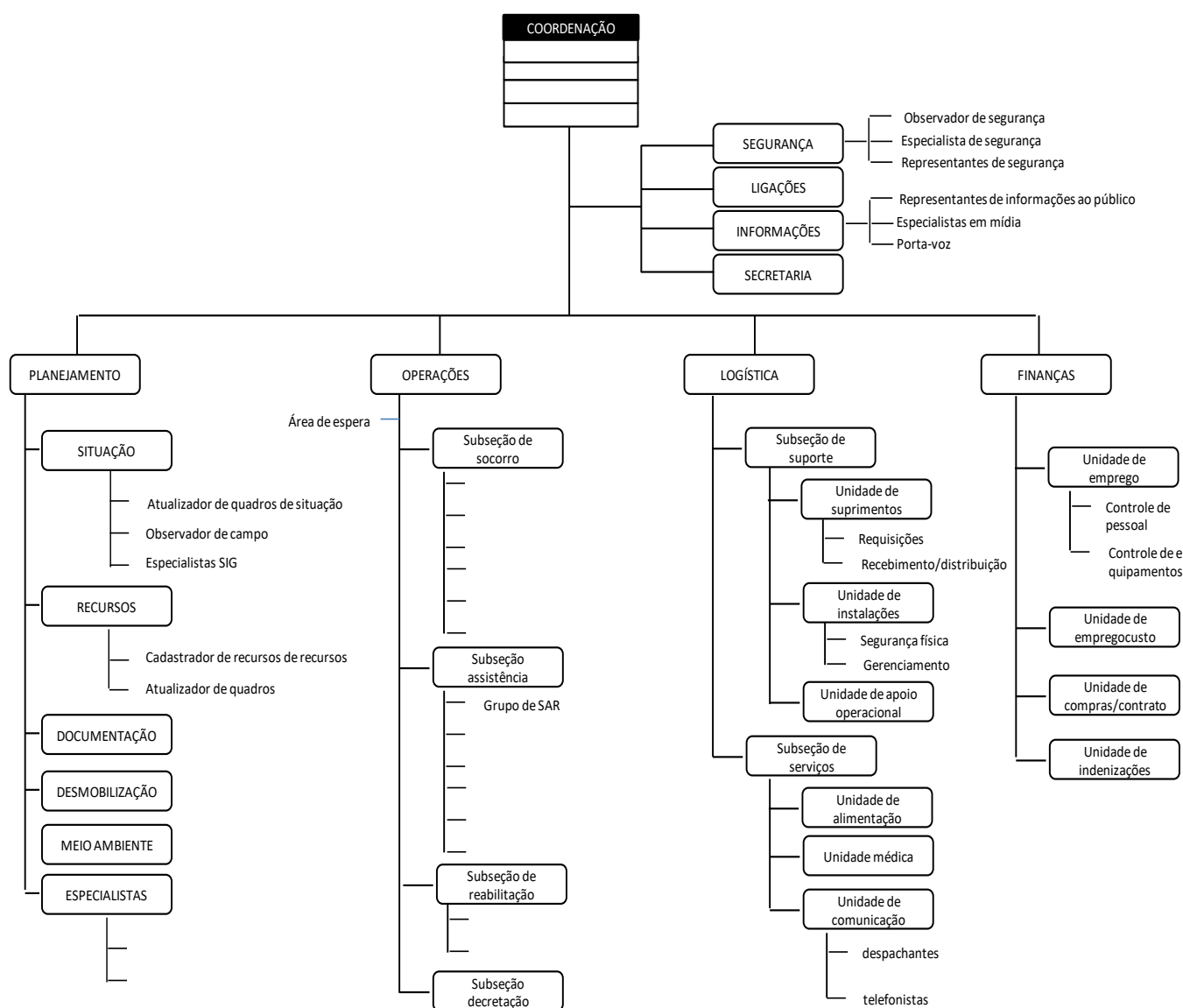


A coordenação das operações previstas no Plano Municipal de Contingência – PLAMCON - utilizará o modelo estabelecido pelo SCO (Sistema de Comando em Operações).

5.1.1 Estrutura Organizacional de Resposta

Para a adoção do plano será adotada a seguinte estrutura organizacional:

Primeira resposta



5.1.2 Comando

O Comando será unificado, com representantes dos seguintes órgãos e instituições:



- Chefe do executivo municipal e DIMPDEC
- Secretarias Municipais de Assistência Social, Saúde, Educação, Planejamento Obras, Administração e Fazenda, Gabinete do Prefeito, Assessoria de Comunicação
- Comando PM
- Comando Bombeiros militar

5.1.3 Assessoria do Comando

A assessoria do comando será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de Ligações: Diretoria da DIMPDEC
- Coordenador de Segurança Pública e Polícia Militar
- Coordenador de Informações ao Público: Assessoria de comunicação social da municipalidade
- Coordenador da Secretaria: Gabinete do Prefeito

5.1.4 Seções Principais

As seções principais serão integradas, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador de planejamento: Secretaria de planejamento urbano
- Coordenador de operações: DIMPDEC
- Coordenador de logística: Secretaria de Obras
- Coordenador de Finanças: Secretaria de administração e finanças

5.1.5 Seção de planejamento

A estrutura de planejamento será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de situação: DIMPDEC



- Coordenador da unidade de recursos: Departamento de compras da municipalidade
- Coordenador da unidade de documentação: DIMPDEC
- Coordenador da unidade de especialistas: DIMPDEC

5.1.6 Seção de operações

A estrutura da seção de operações será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Encarregado da área de espera: DIMPDEC
- Coordenador de operações aéreas: PMSC
- Coordenador da subseção de socorro: Corpo de Bombeiros Militar SC
- Coordenador da subseção de assistência: Secretaria de assistência social
- Coordenador da subseção de reabilitação: Secretaria de Obras
- Coordenador da subseção de decretação: DIMPDEC

5.1.7 Seção de logística

A estrutura da seção de logística será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da subseção de suporte: DIMPDEC
- Coordenador da unidade de suprimentos: Setor de Compras da PMBP
- Coordenador da unidade de instalações: Secretaria de obras
- Coordenador da unidade de apoio operacional: Secretaria de obras
- Coordenador da subseção de serviços: Secretaria de obras
- Coordenador da unidade de alimentação: Secretaria de assistência social
- Coordenador da unidade de médica: Secretaria de saúde



- Coordenador da unidade de comunicação: Assessoria de comunicação da municipalidade

5.1.8 Seção de finanças

A estrutura da seção de finanças será integrada, com representantes dos seguintes órgãos:

- Coordenador da unidade de emprego de recursos: **Secretaria de Administração e Fazenda.**
- Coordenador da unidade de compras e contratações: **Setor de Compras da PMBP**
- Coordenador da unidade de custos: **Setor de Contabilidade da PMBP**
- Coordenador da unidade de indenizações: **Procuradoria Geral do Município.**

5.2 PROTOCOLO DE COORDENAÇÃO

Ao ser acionado o SCO, imediatamente cabe ao comando:

- Avaliar a situação preliminarmente e implementar as ações voltadas para segurança da operação e obtenção de informações, levando em consideração os procedimentos padronizados e planos existentes;
- Instalar formalmente o SCO (Sistema de Comando em Operações) e assumir formalmente a sua coordenação (via rádio, telefone, e-mail ou pessoalmente com as equipes envolvidas).
- Estabelecer um Posto de Coordenação e comunicar aos recursos e superiores envolvidos sobre sua localização.
- Estabelecer uma área de espera e designar um encarregado, comunicando aos recursos a caminho sobre o local.
- Verificar a aplicação do Plano de Contingência, implementando ações e levando em consideração:
- Cenário identificado.



- Prioridades a serem preservadas.
- Metas a serem alcançadas.
- Organograma modular, flexível, porém claro.
- Canais de comunicação.
- Período Operacional (Horário de Início e Término).
- Solicitar ou dispensar recursos adicionais conforme a necessidade identificada no Plano.
- Verificar a necessidade de implementar instalações e definir áreas de trabalho.
- Verificar a necessidade de implementar funções do SCO para melhorar o gerenciamento.
- Iniciar o controle da operação no posto de comando, registrando as informações que chegam e saem do comando.
- Considerar a transferência do comando ou instalação do comando unificado, se necessário.
- Realizar uma avaliação da situação, verificando se as ações realizadas e em curso serão suficientes para lidar com a situação e, se necessário, iniciar a fase seguinte, elaborando um novo Plano de Ação antes do fim do período operacional que estabeleceu.

5. LISTA DE ABRIGOS

1. <u>Identificação:</u> Escola Municipal Prof Nair Rebelo dos Santos
Endereço: Av. Francisco Severiano dos Santos, 192 - Vila Nova
Ponto de GPS: 26 ^o 46'96,63" S 48 ^o 40'19,77" W
Responsável: Daianny Ferreira
Telefones: (47) 3369-5675



Capacidade: 200 pessoas

Banheiros: 04

Chuveiros: 02

Depósito: 01

2. Identificação: N.D.I Lauro Prado

Endereço: Av. Francisco Severiano dos Santos, S/N - Vila Nova

Ponto de GPS: 26⁰ 46'25,98" S 48⁰ 40'38,35" W

Responsável: Geana Carla Cucco

Telefones: (47) 3369-5894

Capacidade: 250 á 270 pessoas

Banheiros: 04

Chuveiros: 05

Depósito: 1

3. Identificação: Escola Pedro Alemão Antonio Richardz

Endereço: Estrada Geral Alto Pereque, S/N - Alto Perequê

Ponto de GPS: 26⁰ 46'24,18" S 48⁰ 39'54,582" W

Responsável: Roseli Zandonai

Telefones: (47) 3369-4991

Capacidade: 200 pessoas



Banheiros: 07
Chuveiros: 01
Depósito: 01

6. CONTATOS IMPORTANTES

Nome Completo	Cargo	Contato
Emerson Luciano Stein	Prefeito Municipal	prefeito@portobelo.sc.gov.br <u>(47) 3369-4111</u>
Elias Cabral	Vice-Prefeito	prefeito@portobelo.sc.gov.br <u>(47) 3369-4111</u>
Isabel Martins	Secretária de Assistência Social	assistenciasocial@portobelo.sc.gov.br (47)9 8875-9575
Dra. Rosane	Procuradora Geral do Município	procuradorgeral@portobelo.sc.gov.br (47) 9 8875-9575
Eliane Tomaz	Secretária de Administração	administracao@portobelo.sc.gov.br (47)9 8822-3343



Egídio da Silva	Secretário de Obras	obras@portobelo.sc.gov.br (47) 9 9111-3248
Rosane Graupper	Secretário de Educação	educação@portobelo.sc.gov.br (47)3369-5068
Eliane Tomaz	Secretária de Administração	administração@portobelo.sc.gov.br (47)9 8822-3343
Ana Paula Buum	Secretária de Finanças	finanças@portobelo.sc.gov.br (47) 9 8872-3335
Francisco Scotinni	Secretário da Agricultura	agricultura@portobelo.sc.gov.br <u>(47) 9 8875-5251</u>
Janaíara Jordio	Secretária de Saúde	saúde.rh@portobelo.sc.gov.br (47) 9 8862- 4437
Fredolino Alfredo Bento	Presidente da Fundação Municipal de Meio Ambiente	Famap@portobelo.sc.gov.br (47) 9 9787-1515
Corpo de Bombeiros	Corpo de Bombeiros	13_cmt@cbm.sc.gov.br (47) 3369-4111
Julio Cesar Ferreira Casé	Secretaria de segurança pública	segurancapublica@portobelo.sc.gov.br (47) 9 9152-4447
Claudio Silvino da Silva	Diretoria de Proteção e Defesa Civil	defesacivil@portobelo.sc.gov.br (47) 98869-9046 ou (47)33696362



Robson Jobert dos Santos	Comandante da Policia Militar	(47) 9 9148-4352
---------------------------------	-------------------------------	------------------

8. EQUIPAMENTOS PARA REABILITAÇÃO DE CENÁRIOS, SOCORRO, SEGURANÇA E ATENDIMENTO PRÉ HOSPITALAR DISPONÍVEIS

8.1 CORPO DE BOMBEIROS MILITAR

Efetivo: 10 militares e 02 Cetis

Veículos: 01 ambulância, 01 camionete, 01 Barcos, 01 ambulância, e 01 caminhão (incêndios).

Viaturas: 03

ATM: 01

Equipamentos: 01 gerador de energia, 01 embarcação, 04 equipamentos de proteção respiratória para incêndios, 02 moto serra, 01 equipamentos de mergulho.

8.2 POLÍCIA MILITAR

Efetivo: 20 militares

Viaturas: 10 veículos

8.3 PA 12 HORAS

Ambulância: 01

Efetivos: 14 (entre enfermeiros, técnicos de enfermagem e médicos.)

Leitos: 16 (entre sutura, poltronas e emergência)

Leito para queimados: Não possui.



8.4. SECRETARIA DE OBRAS

Veículos pesados: 01 caminhão pipa, 06caminhão carroceria, 01 camionete, 05 retro escavadeira, 01 escavadeiras hidráulicas – PC

Veículos diversos: 01 camionete com escada

Equipamento: 01 motosserra

8.5. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Transportes: 10 ônibus normais e 04 micro-ônibus

8.6 SECRETARIA DE AGRICULTURA

01 caminhão de carroceria com caçamba

01 Retro escavadeira

01 Trator

8.7 SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA MUNICÍPIO DE PORTO BELO

07 Guardas efetivos

03 Efetivos no departamento de trânsito

02 viaturas da guarda municipal

01 veículo do departamento de trânsito

01 veículo tipo cargo do departamento de trânsito

9 DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE CONTINGÊNCIA DE PORTO BELO:

O PLACON apresenta com objetivo a preservação da vida e o -estabelecimento da situação de normalidade do município no menor prazo possível seguindo a perspectiva da gestão de risco em suas



etapas da prevenção e mitigação de desastres, preparação para emergências, reconstrução e respostas ao desastre.

Em função de números de eventos registrados, o plano centrou-se na análise em busca de uma medida capaz de minimizar os efeitos desta tragédia, atuando sobre os eventos de inundação brusca, enxurrada, movimentação de massa, inundação gradual de enchente, granizo, deslizamento, colapso no recolhimento de lixo, queda de raio, estiagem e pandemia viral.

10 ÁREAS MAPEADAS

10.1 DESLIZAMENTO ARAÇÀ



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362





10.2 DESLIZAMENTO E ENCHENTE CENTRO



10.3. ENCHENTE PEREQUE, VILA NOVA E JARDIM DOURADO



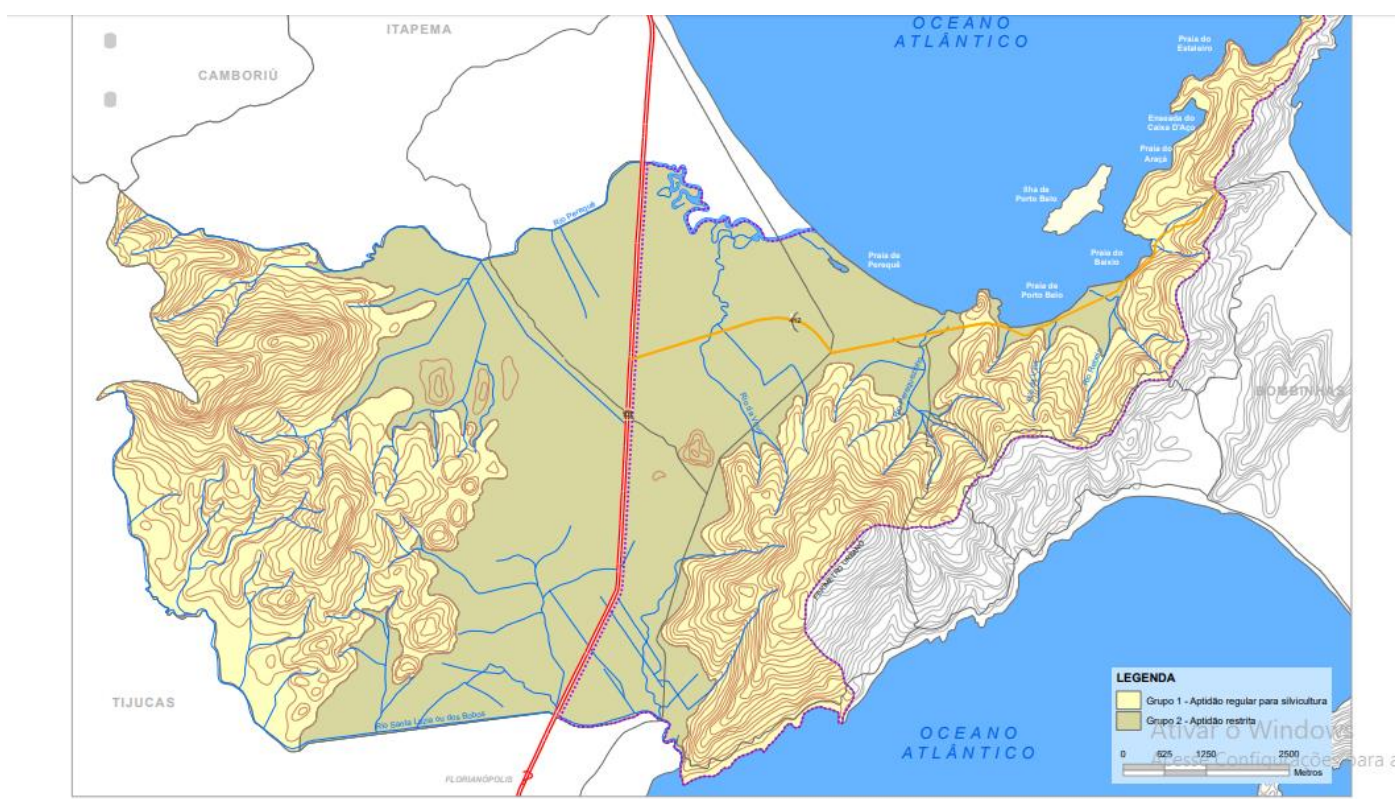


6.3 DESLIZAMENTO SANTA LUZIA:

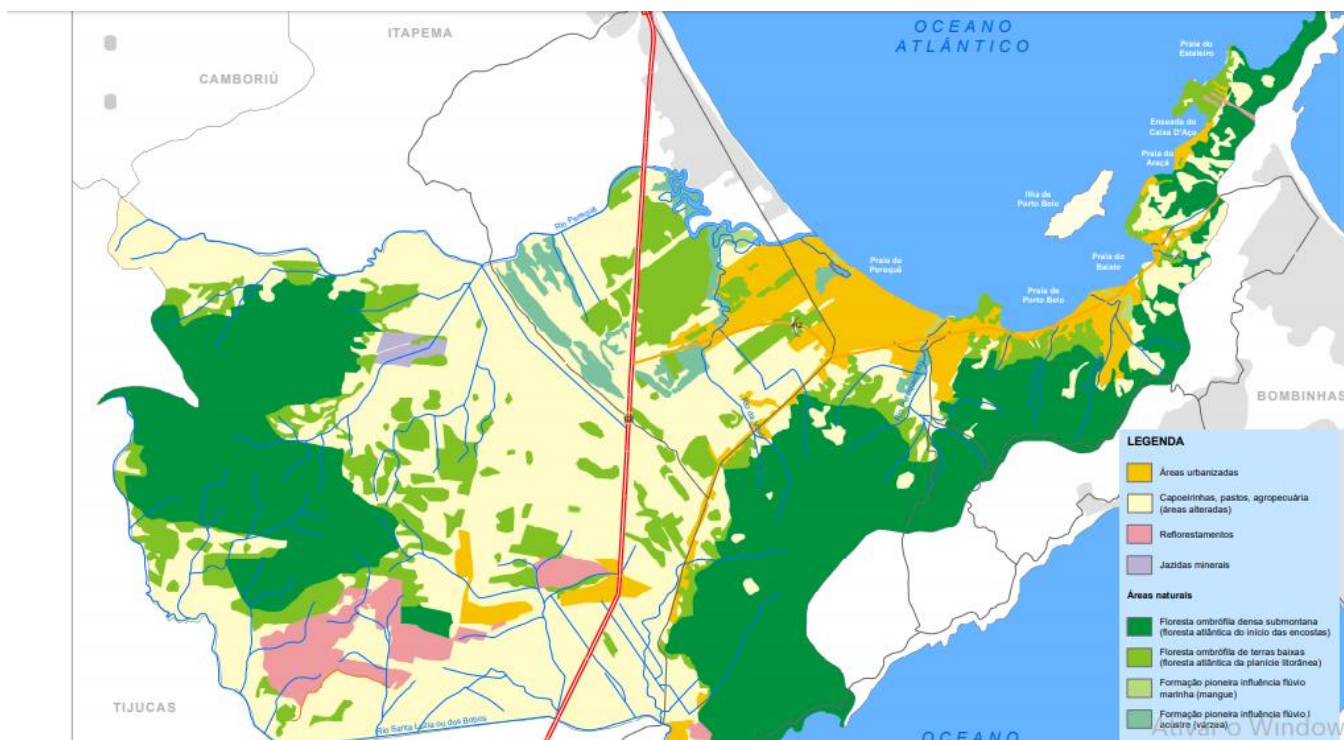




Geomorfologia



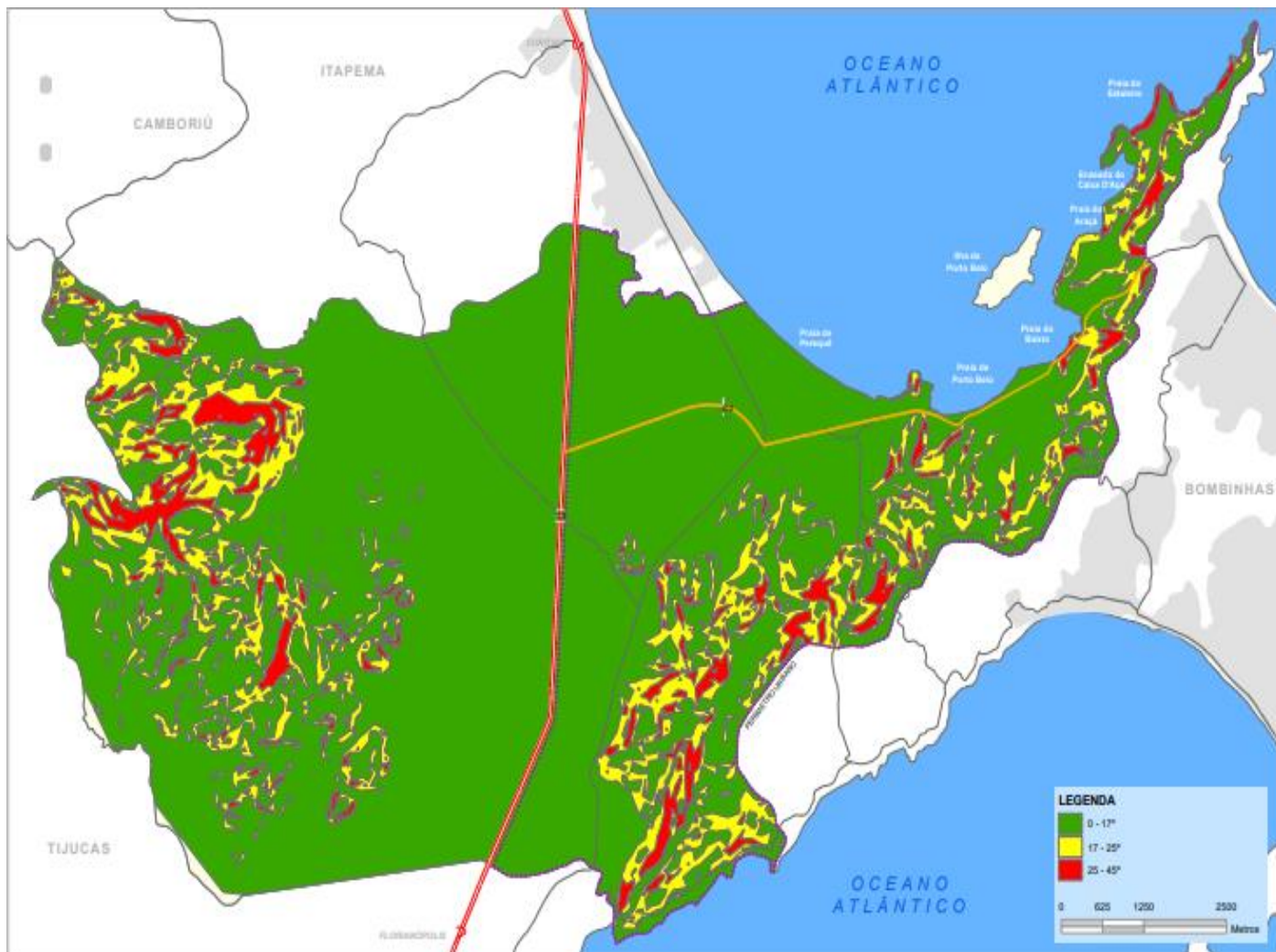
Vegetação



Declividades



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362

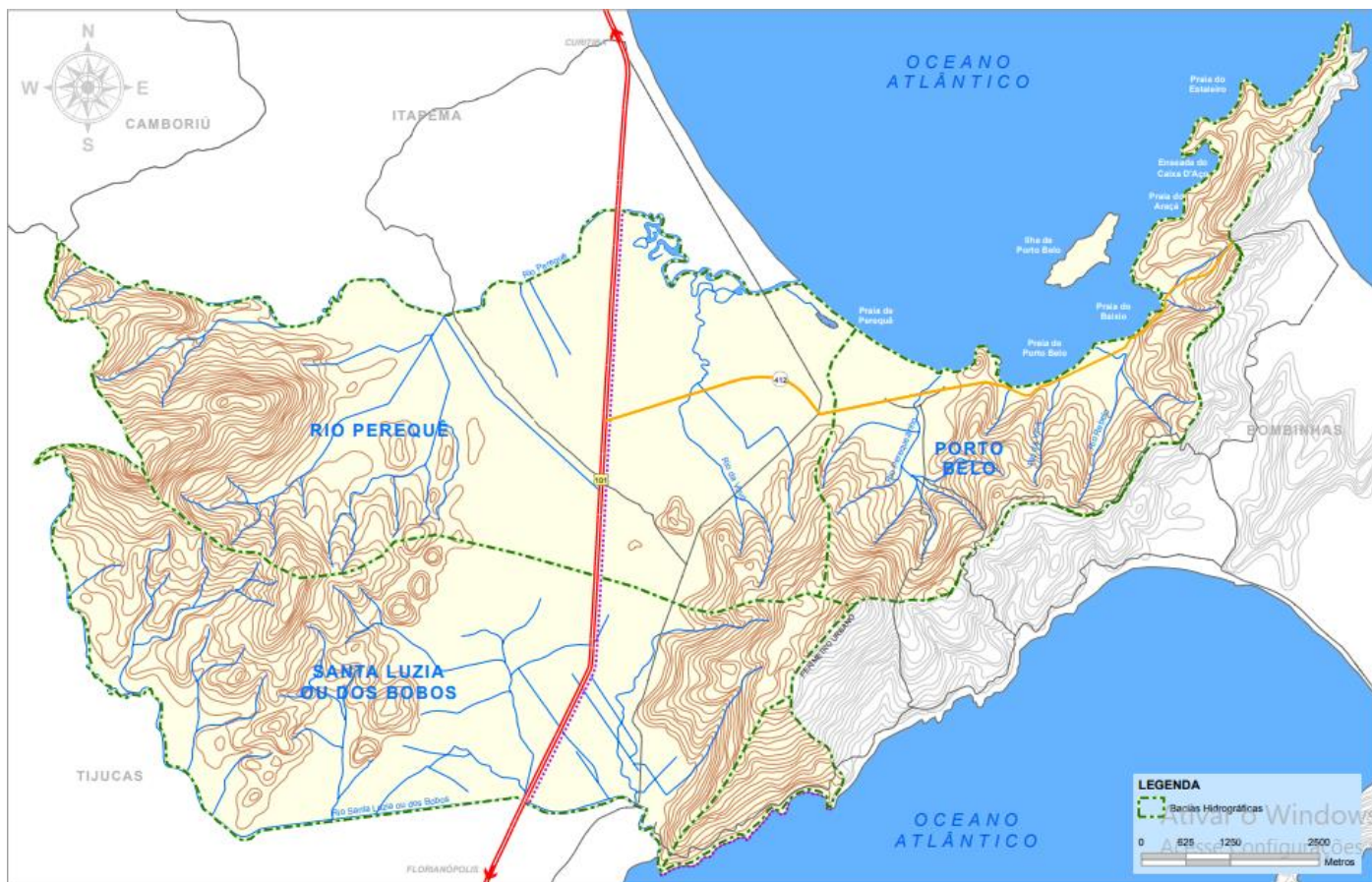




ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



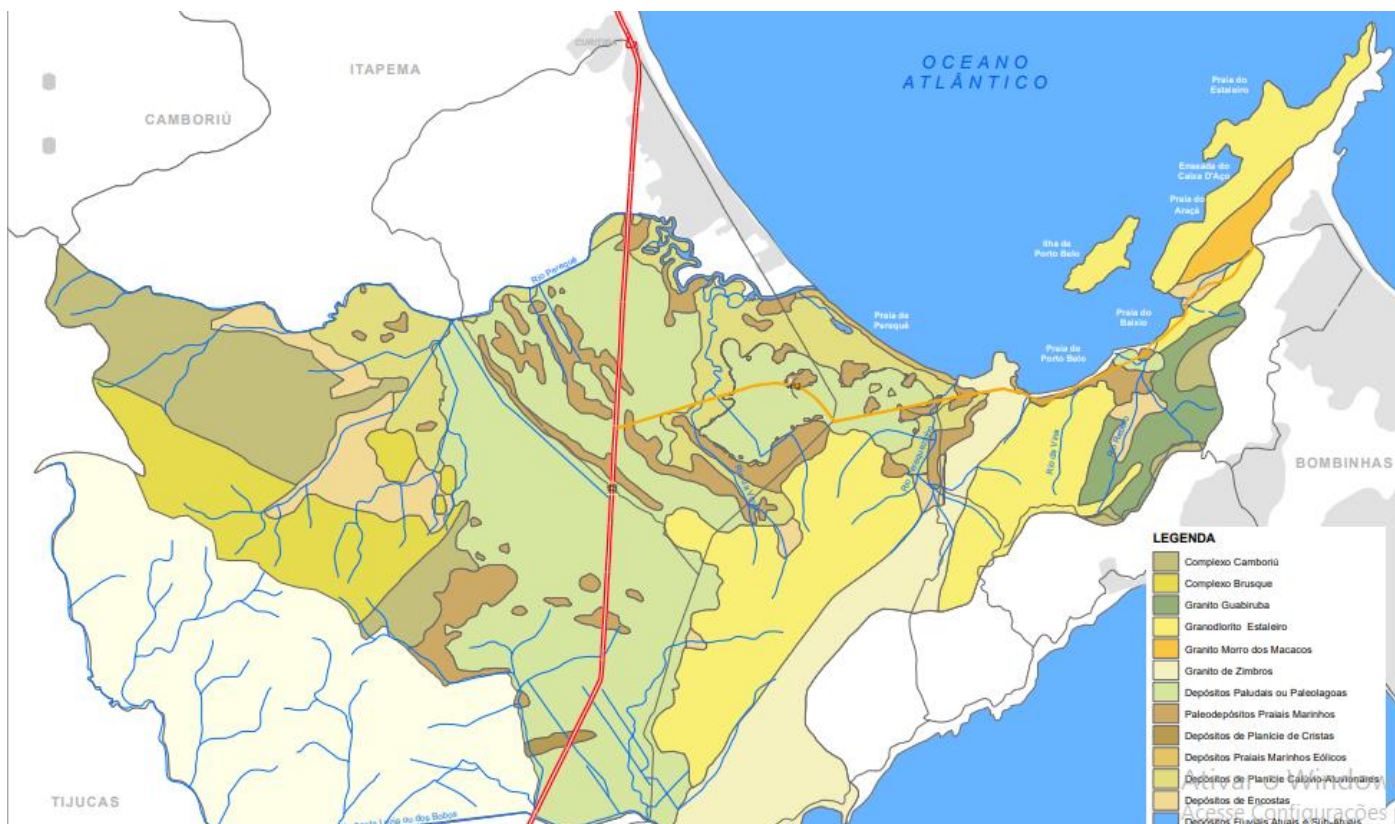
Bacias Hidrográficas



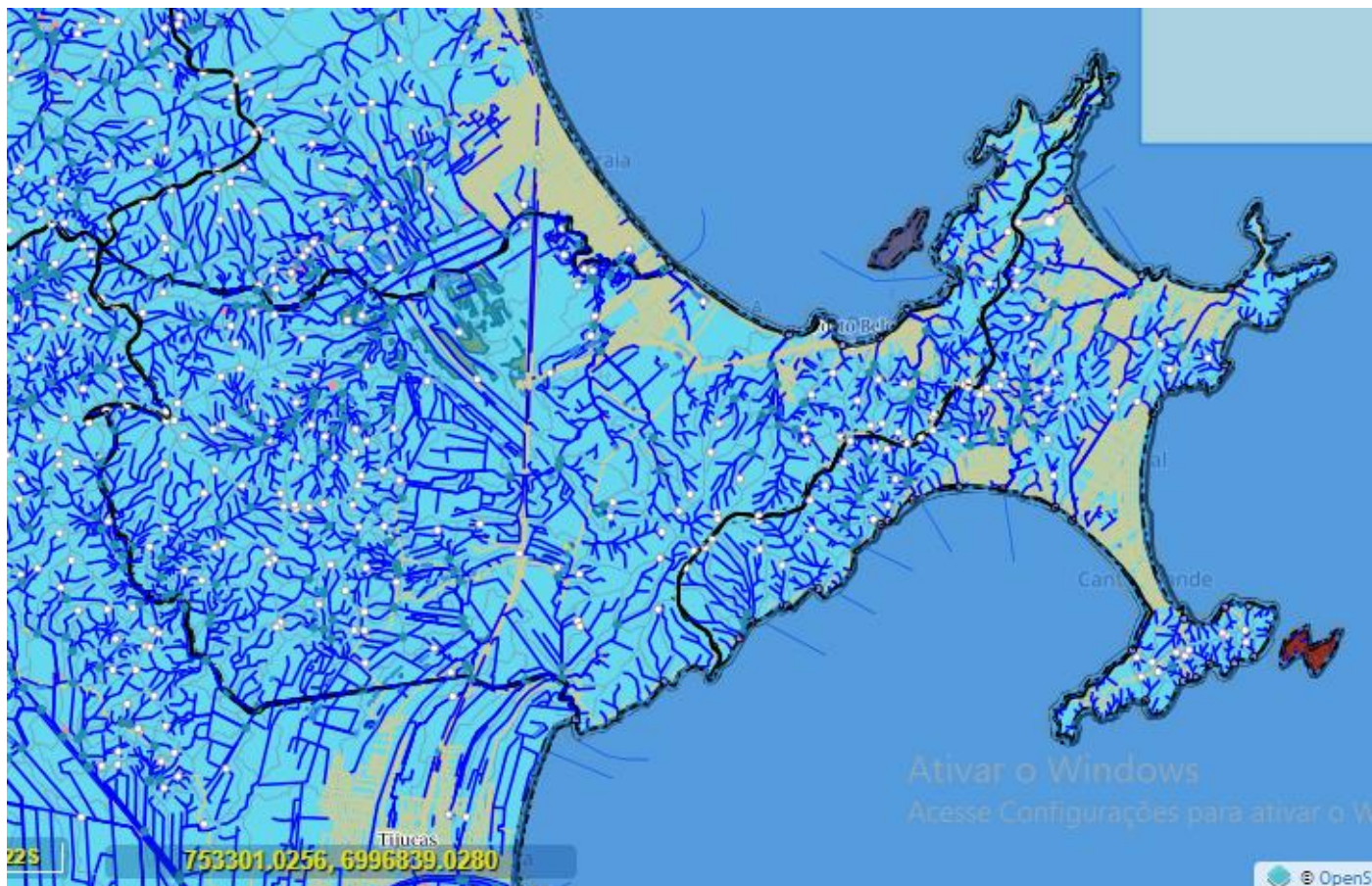
Geologia



ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



Cursos da água



EVENTOS NATURAIS ANTES DE 2017 NO MUNICIPIO DE PORTO BELO REGISTRO SEM FOTO

INUNDAÇÃO BRUSCA OU ENXURADAS	12
INUNDAÇÃO GARDUAL OU ENCHENTE	02
GRANIZO	02
DESLIZAMENTO	07
COLAPSO NA COLETA DO LIXO	01
VENDAVAL	02
QUEDA DE RAIOS	01



EVENTOS NATURAIS APÓS 2017 ATÉ ABRIL DE 2020

Colapso de Edificação	01
Deslizamento	05
Tempestade Local/Chuvas Intensas	09
Tempestade Local/ Enchente/ Decretação de emergência	01
Ciclone Tropical/Maré Alta	05
Alagamento	10
Incêndio Florestal	05
Vendaval	03
Transporte de Produtos Perigosos (Tombamento de Caminhão)	01
Doença Viral (Dengue)	01
Doença Viral (Corona Vírus)/Decretação de Calamidade Pública	01
Queda de Raio	01
Ciclone bomba decretação de emergência (provocado por ventos fortes)	01
Estiagem	01



Anexo fotos Eventos de 2017 em diante:

Colapso da Ponte do Rio da Vina

Alagamento



Ventania



Incêndio em área de proteção permanente

Queda de Raio em Pousada





ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO
COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL
AV. GOV. CELSO RAMOS, 2500, CENTRO
PORTO BELO – SC CEP 88210-000
E-MAIL – defesacivil@portobelo.sc.gov.br
FONE: (047) 98869-9046 ou 33696362



Enchente



Maré Alta

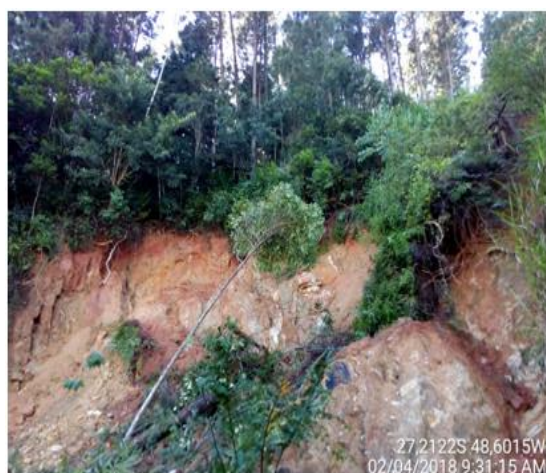


Ventania



Deslizamento Planar com Rolamento de blocos

Maré Alta



Porto Belo Capital Catarinense dos Transatlânticos
Centro de Cidadania – Av. Gov. Celso Ramos, 56 - Vila Nova - Porto Belo/SC
CEP-88210.000 - Fone Celular (47) 98869-9046 ou 33696362
E-mail: defesacivil@portobelo.sc.gov.br



Alagamento de via pública



Incêndio



Incêndio Florestal



Deslizamento





Acidente na BR 101-Produtos Perigosos



Incêndio em Edificação



Ventania com Queda de Material



Deslizamento com rolamentos de bloco

